

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

SILVANA MARIA SANTOS

FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

PICOS-PI

2012

SILVANA MARIA SANTOS

FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), Curso de Licenciatura em Pedagogia, CSHNB, Picos – PI, como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a .Mestra Isabel Cristina de Aguiar Orquiz.

PICOS-PI

2012

Eu, **Silvana Maria Santos**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 17 de Abril de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S237f Santos, Silvana Maria.
Formação de alfabetizadores no Programa Brasil Alfabetizado /
Silvana Maria Santos. – 2013.
CD-ROM : 4 ¾ pol.; il. (62 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Profa. MSc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

1. Alfabetizador. 2. Formação. 3. Programa Brasil
Alfabetizado. I. Título.

CDD 371.3

SILVANA MARIA SANTOS

FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Monografia apresentada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Mest. Isabel Cristina Aguiar Orquiz
(Orientadora)

Prof.^a Esp. Claudete Santana Sousa
(Examinadora)

Prof.^a Francisca D'arc Nascimentos dos Santos
(Examinadora)

PICOS-PI

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado força e coragem para chegar até aqui, a minha família e aos meus amigos por terem me apoiado durante essa jornada.

Aos meus pais Jonas e Helena e as minhas tias Isabel e Rosimar por terem cuidado da minha filha durante esse tempo.

Aos meus irmãos Sérgio e Rosana e o meu cunhado Isaias pela força e compreensão durante, a minha Formação acadêmica.

Aos meus sobrinhos, Alexandre, Laura Adrielly e Miguel pelo amor e carinho que dedicaram a mim.

Ao meu esposo Genilson que me incentivou a seguir em frente. A minha filha Mariana pela compreensão e dedicação.

Aos meus amigos e professores e em especial a minha orientadora Isabel Orquiz.

Dedico este trabalho a Deus por todas as bênçãos derramadas sobre mim e a minha família.

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador.

(Paulo Freire)

RESUMO

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas necessita ser repensada não apenas no que diz respeito à qualidade do ensino que promove, mas, sobretudo, nas condições em que a mesma é ofertada. Dessa forma, refletir sobre o processo de formação inicial e continuada dos alfabetizadores que atuam em programas educativos é algo que precisa ser analisado, na busca de superação dos desafios que os educadores se deparam no contexto da EJA. A pesquisa aconteceu no povoado Curralinho I município de Picos (PI), tendo como objetivo principal averiguar o processo de formação inicial e continuada para alfabetizadores do PBA no contexto de Picos, povoado de Curralinho I. Além de analisar a realidade em que se dá o processo ensino- aprendizagem dos alfabetizandos/ alunos, para poder a partir das dificuldades encontradas, tentar criar métodos eficazes capazes de superar os desafios a fim de melhorar a qualidade do ensino. Diante disso se faz necessário que se estabeleça metas que venha facilitar a aprendizagem dos alunos. Para que esses objetivos sejam alcançados foi elaborado como instrumento da pesquisa um questionário contendo 09 questões para os alunos e outro questionário com 12 questões para a professora. No intuito de analisar como acontece o processo ensino- aprendizagem na turma do PBA, bem como verificar como é oferecida a formação inicial e continuada para a educadora. No decorrer do trabalho foram contextualizadas as ideias de autores como: Paiva (1987), Moura (2003), Haddad (2005), Brzezinski (1996), Freire (1993), Barcelos (2010), Brandão (2003) dentre outros. A pesquisa deixa claro que a educação de jovens e adultos tem alcançado posições significativas, mas ainda encontra dificuldades para atender de forma quantitativa e qualitativa as pessoas que ainda se encontram na condição de analfabetos e que precisam fazer parte da sociedade letrada. Logo, ressalta-se que apesar de uma parcela da população ter acesso ao ensino superior, a maioria dos professores que fazem parte da EJA, não possui uma formação adequada para que se possa oferecer um ensino de qualidade aos alunos da EJA. Pois, o processo de formação deve dar condições ao professor de EJA de atuar acompanhando a evolução que ocorre no contexto social em que educador e educandos encontram - se inseridos.

Palavras-chave: Alfabetizador. Formação. Programa Brasil Alfabetizado.

ABSTRACT

The Education of Young People and Adults need to be rethought not only with regard to the quality of education that promotes, but especially in the conditions in which it is offered. Thus, reflect on the process of initial and continuing training of literacy teachers working in educational programs is something that needs to be examined in the search for overcoming the challenges that educators face in the context of adult education. The research took place in the town I Curralinho city of Picos (PI), with the main objective to find out the process of initial and continuing training for literacy in the context of the PBA peaks village of Curralinho I. Besides analyzing the reality that gives the teaching-learning process of learners / students, in order from the difficulties encountered in trying to create effective methods able to overcome challenges in order to improve the quality of teaching. Given this it is necessary to establish goals that will facilitate students' learning. For these objectives to be achieved was designed as an instrument of research a questionnaire containing 09 questions for students and another questionnaire with 12 questions for the teacher. In order to analyze how does the teaching-learning process in the class of PBA, as well as check is offered to initial and continuing training for educators. During the work were contextualized ideas of authors such as: Paiva (1987), Moura (2003), Haddad (2005), Brzezinski (1996), Freire (1993), Barcelos (2010), Brandão (2003) among others. The research makes clear that the education of young people and adults have achieved significant positions, but still finds it difficult to meet the quantitative and qualitative form people who are still in the condition of illiterate and need to be part of the literate society. Therefore, we emphasize that although a portion of the population have access to higher education, most teachers who are part of EJA does not have adequate training so that we can offer a quality education to students of adult education. For the training process should empower the teacher to act EJA following the evolution that occurs in the social context in which teacher and students are - if inserted.

Keywords: Literacy. Training. Literate Brazil Program.

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes da Educação Básica Nacional	12
EJA – Educação de Jovens e Adultos.....	12
PBA – Programa Brasil Alfabetizado	13
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação.....	18
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização	22
MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	23
MEC – Ministério da Educação	25
CNE – Conselho Nacional de Educação.....	32
PAS – Programa Alfabetização Solidária	40
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.....	40
PRONERA – Programa de Educação na Reforma Agrária.....	40
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	41
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação.....	54
ISEAF – Instituto de Educação Antonino Freire	54
GRE – Gerência Regional de Educação	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Quantidade de aluno por sexo	45
Gráfico 02: Faixa etária dos alunos.....	46
Gráfico 03: Frequência à escola na infância	46
Gráfico 04: Metodologia de ensino.....	47
Gráfico 05: Aprendizagem no ambiente familiar.....	48
Gráfico 06: Dificuldades em relação a frequência escolar	48
Gráfico 07: Participação no PBA.....	49
Gráfico 08: Retorno à formação escolar	50
Gráfico 09: Aprendizado concretizado no PBA	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	14
1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma breve apresentação histórica	14
1.1 EJA – avanços e retrocessos	16
1.2 EJA e os Desafios da Modernidade	26
CAPÍTULO II	29
2 FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE EJA	29
2.1 Desafios na Formação de Professores	30
2.2 Formação de Professores para a Modalidade de Ensino EJA	33
CAPÍTULO III	40
3 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	40
3.1 Aspectos metodológicos e resultados da pesquisa	43
3.1.1 Processo de pesquisa	43
3.1.2 Características da pesquisa	44
3.1.3 Universo da pesquisa	44
3.1.4 Resultado da pesquisa	44
3.1.5 Conhecendo a realidade do PBA através dos Alfabetizadores	45
3.1.6 Conversa com os alunos – impressões da autora.....	51
3.1.7 Resultado da professora	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	61

INTRODUÇÃO

O analfabetismo é um problema complexo e que por muitos anos foi considerado o principal motivo do país não se desenvolver, a questão do analfabetismo estava simplesmente ligado a produção de riquezas, pois um país onde a maioria das pessoas são analfabetas existe uma grande dificuldade do país desenvolver-se.

O analfabetismo não é um problema individual, mais sim social e cabe à sociedade buscar meios para solucionar esse problema.

A alfabetização de pessoas jovens e adultas é um desafio, pois eles precisam de estímulos para desenvolver suas habilidades no campo da leitura, escrita e raciocínio lógico matemático. O que para um aluno com a idade mais avançada surge como um problema em relação a determinados conteúdos.

Dessa forma, a LDB 9394/96 diz no Art. 37 que “A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio”.

Assim, a educação de jovens e adultos é um direito garantido por lei aqueles que não tiveram oportunidade de terminar seus estudos, e que desejam aprimorar seus conhecimentos não apenas no campo da leitura e da escrita, mas que visam melhorar sua qualidade de vida a partir da apropriação de conhecimentos formais. Neste sentido, a leitura e a escrita se constituem como um dos avanços para a busca do conhecimento sistemático e aprofundado.

A educação de jovens e adultos no seu, Artigo 38, LDB 9394/96, diz que ela é destinada a todos que não tiveram acesso na idade certa, porém pode-se perceber que mesmo passado alguns anos da sua criação tal modalidade de ensino ainda está um pouco distante de atender a atual realidade. Pois, inicialmente a EJA, hoje, apresenta um público jovem que aguarda completar seus 15 e 16 anos para passar do diurno para o noturno, o que não é uma necessidade para a maioria dos jovens terem que trabalhar para ajudar a família; devido à existência de inúmeros programas sociais criados pelo governo que ajudam financeiramente as famílias brasileiras de baixo poder aquisitivo.

A Constituição Federal (1988) reafirma o dever do Estado em oferecer educação de qualidade aquelas pessoas que não puderam frequentar a escola, independente da idade. Ainda estabelece uma nova concepção de educação que

percebe o jovem e o adulto analfabeto como um trabalhador capaz de enxergar a realidade a sua volta.

Na educação de jovens e adultos o Estado tem um papel fundamental, uma vez que o mesmo precisa utilizar todos os recursos necessários e disponíveis para manter essas pessoas na escola, evitando assim a evasão escolar; outro desafio a ser superado pelas instituições de ensino que ofertam tal modalidade.

A EJA, enquanto modalidade de ensino que visa atender pessoas que não possuem formação escolarizada que lhe possibilite participar de um contexto social mais amplo, como a compreensão de sua realidade, realizar atividades econômicas, políticas entre outras está à mercê da sociedade. Nesse ínterim, a escola pode e deve de acordo com sua realidade contribuir para mudar a vida dessas pessoas.

Assim, o presente estudo monográfico tem por objetivo avaliar como ocorre o processo de formação de alfabetizadores no contexto do Programa Brasil Alfabetizado. Considerando aspectos como às diretrizes do PBA para formação e atuação do alfabetizador/professor; a realidade em que se dá o processo ensino-aprendizagem dos alfabetizandos/alunos e, sobretudo; averiguar a formação inicial e continuada de alfabetizadores do PBA, em Picos, Povoado de Curralinho.

A pesquisa caracteriza-se como um Estudo de Caso, do tipo qualitativo. Para maior aprofundamento teórico utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica e, para conhecer melhor o processo de formação do alfabetizador do PBA será aplicado questionário a esta categoria.

O trabalho será apresentado em 3 (três) capítulos; sendo que o primeiro aborda um breve histórico da EJA, o segundo trata da formação de professores para atuar na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos e o terceiro capítulo contempla a metodologia e os resultados da pesquisa, cuja temática central é a formação de alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado.

CAPITULO I

1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma breve apresentação histórica

A Educação de jovens e adultos, EJA, surgiu no Brasil antes do império, nessa época quem exercia a função de educador era a igreja católica e a educação era destinada aos brancos e índios, com a chegada dos jesuítas em 1549, a educação ensinada por eles era baseada em estudos clássicos. “Ao ministrarem aos índios, já adultos, as primeiras noções da religião católica, bem como da cultura ocidental” (AZEVEDO, 1971, p.515) naquele período o ensino era destinado aos adolescentes e adultos, uma vez que os portugueses precisavam de trabalhadores aptos para exercer as atividades agrícolas.

Segundo Moura (2003), em 1759 com a expulsão dos jesuítas a educação passou por várias transformações como; avançar de um nível para outro, além da substituição de algumas disciplinas. Para substituir os jesuítas muitos leigos foram introduzidos no ensino e a educação deixou de ser tarefa da igreja, passando a ser dever do estado.

A escola pública no Brasil teve início no governo de Marques de Pombal, só que mesmo a educação sendo agora oferecida pelo o estado ela ainda era privilegio de poucos, pois os adultos que pertenciam às classes menos favorecidas encontravam muitas dificuldades para ter acesso à educação.

Durante o período imperial com a vinda da família real para o Brasil, a educação voltou-se para a criação de cursos superiores, tendo como objetivo atender a monarquia, ou seja, a educação era destinada somente para as classes dominantes a “corte”.

Segundo Romanelli (1985, p.38-39):

A preocupação exclusiva com a criação do ensino superior e o abandono total em que ficava os demais níveis de ensino demonstram claramente esse objetivo, com o que se acentuou uma tradição – que vinha da colônia – a tradição da educação aristocrática.

A elite não tinha nenhum interesse de oferecer a educação básica para o restante da população, uma vez que a economia do país era basicamente a produção agrícola, que era sustentada pela mão-de-obra escrava.

O modelo econômico e social não exigia uma ampla escolarização da população brasileira, o que permitiu deixar de lado a maioria dos analfabetos, não lhes garantindo o direito à educação. Assim, no Brasil, foi se constituindo esta estrutura social injusta, assentada secularmente na exclusão da maioria da população nos destinos políticos e econômicos do país (YAMASAKI E SANTOS, 1999, p.6).

O modelo econômico daquela época não exigia que seus operários fossem alfabetizados, por isso as pessoas consideradas analfabetas ficaram esquecidas, sem direito a educação, para essas não foi oferecido nenhum tipo de incentivo para poderem frequentar a escola isso gerou uma sociedade injusta, onde a maioria das pessoas analfabetas foram excluídas, deixando de participar dos interesses políticos e econômicos do país.

Vale ressaltar que a educação de jovens e adultos no Brasil passou por momentos difíceis, reservado a uma elite que dominava e explorava cada vez mais, onde a cultura predominante era a da Europa e a educação ainda não era destinada a todos.

Na década de 1920 o analfabetismo ainda era visto como uma vergonha para a sociedade, uma vez que impedia o desenvolvimento econômico, além de impedir que o país fizesse parte das nações cultas, para resolver esse problema era preciso libertar esse povo da ignorância e transformá-los em pessoas civilizadas capazes de conviver em sociedade.

De acordo com Paiva (1983), uma grande parte dos intelectuais daquela época acreditava que a partir do momento que essas pessoas consideradas analfabetas tivessem acesso à educação, estes se tornariam pessoas indomáveis difícil de serem controladas e isso representava uma ameaça para a sociedade.

Os intelectuais não tinham interesse que as pessoas consideradas analfabetas frequentassem a escola, pois uma vez alfabetizados essas pessoas podiam representar perigo a sociedade, para esses intelectuais era bem mais cômodo que uma parte da população continuasse excluídos do sistema educacional e se tivesse acesso à educação, essa deveria estar pautada na formação moral e ética do indivíduo, de modo que o tipo de educação oferecida pudesse controlar o anseio das pessoas, impedido que os mesmos pudessem começar a reivindicar seus direitos.

Não é por acaso que o Brasil tem esse índice de analfabetismo. Se vocês reportarem para a forma de colonização do Brasil, a gente vai ver que o

nosso caso é atípico. Os portugueses, os exploradores não vieram para o Brasil para se estruturar e criar uma sociedade, vieram simplesmente explorar o ouro, a madeira, a cana. Não havia intenção nenhuma de se investir na cultura, na educação e na instrução desse povo (MOURA, 2003, p.22).

Os portugueses não tinham nenhuma intenção de ver o Brasil se desenvolver, o que eles queriam era explorar as riquezas existentes, bem como a mão de obra brasileira; e por isso era mais cômodo que essas pessoas fossem mesmo analfabetos. Uma vez analfabetos não tinha conhecimentos de seus direitos e aceitavam com facilidade serem explorados, como os portugueses queriam apenas explorar o Brasil, não havia por parte deles nenhum interesse de fazer investimentos na educação.

A partir da primeira guerra mundial, a educação de jovens e adultos começa a ganhar espaço na sociedade, os discursos políticos daquela época consideravam analfabetismo uma vergonha para o país, uma vez que o domínio da leitura e da escrita tornava ser humano uma pessoa culta e civilizada.

Devido ao alto índice de analfabetismo surge uma campanha para erradicação do analfabetismo. E é daí que surgem os “primeiros profissionais da educação”. Também nesse período iniciou-se a preocupação com uma escola de qualidade, onde todas as pessoas possam ter acesso, uma vez que mais da metade da população era analfabeta; esse fato deixava uma grande parte da população excluída da vida política, pois essas pessoas não podiam votar.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, surge também a volta da democracia e das políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos. Mas é em 1947 que o governo lança uma campanha para todo o território brasileiro; com o objetivo de alfabetizar toda população; os principais fatores que impulsionaram essa campanha foram os altos índices de analfabetismo. Durante essa campanha foram criadas milhares de salas de aulas espalhadas por todo o país para atender a demanda da população.

1.1 EJA – avanços e retrocessos

Com as transformações ocorridas devido a globalização passou-se a exigir cada vez mais do trabalhador conhecimentos tecnológicos para poder lidar com a demanda do mercado que cresce de forma desordenada. Com isso o estado

começou a investir na educação de jovens e adultos, com o objetivo de treinar pessoas para que pudessem atender as exigências do mercado.

Nesse contexto a educação de jovens e adultos passa a ser prioridade em vários países inclusive no Brasil, vale ressaltar que muitos acreditam que as altas taxas de desemprego estão relacionadas ao baixo nível de escolarização, além da falta de qualificação.

Esta nova realidade técnico- produtiva, como vimos, não só demanda para aquele conjunto de trabalhadores exigidos no processo produtivo bases de conhecimento científico (unitárias), cuja universalidade lhes permita resolver problemas e situações diversas, como também visa a um trabalhador capaz de consumir bens culturais mais amplos (FRIGOTO, 2003, p.174).

Com o avanço da tecnologia, exigia-se do trabalhador conhecimento técnico que lhe permitisse desenvolver várias habilidades, além de resolver problemas diversos essa nova realidade visava também um trabalhador que fosse capaz de adquirir todos os bens culturais que a sociedade oferece.

Mesmo já estando no século XXI à educação de jovens e adultos, ainda enfrenta os mesmos problemas de antes, que é articular políticas educacionais com o objetivo de promover o conhecimento científico e cultural, além de inserir os jovens e adultos analfabetos numa sociedade mais justa. Nesse contexto o maior desafio da escola é ensinar de forma dinâmica onde o aluno possa aprender com mais facilidade.

A alfabetização de jovens e adultos não deve estar voltada apenas para aos interesses econômicos, voltada sempre para o consumismo que é o ato de adquirir somente bens materiais. Ou seja, deve também ser pautada na formação do indivíduo de modo que o ser humano possa adquirir liberdade e autonomia, além de ser visto na sociedade como pessoa normal onde seus direitos sejam respeitados por todos.

As desigualdades sociais fazem parte da sociedade e da educação brasileira, tornando o movimento educacional muito difícil, uma vez que as políticas públicas educacionais ainda não atende a demanda existente, uma vez que os recursos financeiros e materiais ainda são precários não atendendo os anseios da população, dificultando assim o desenvolvimento do programa.

A CEEA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos aptos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar a mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos estados do sul, além constituir no instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA, 1987, p.1781).

A campanha foi criada por conta do alto índice de analfabetismo, onde 56% da população com uma faixa etária de 15 anos era analfabeta. Essa campanha visava preparar jovens para trabalhar na cidade, onde a carência por mão de obra especializada era maior, com o desenvolvimento da campanha o Brasil pretendia ainda melhorar a situação do país que ocupava uma posição ruim em comparação aos outros países.

Vale ressaltar ainda que mais outras duas campanhas foram criadas a campanha de educação rural em 1952, e a campanha nacional de erradicação do analfabetismo em 1958. No entanto essas duas campanhas eram bem parecidas com a primeira pois o material pedagógico era inadequado não considerando a realidade do aluno, devido a isso essas duas campanhas também foram extintas.

A ideia central do diretor da campanha é de que adulto analfabeto é um ser marginal que não pode estar ao corrente da vida nacional e a ela se associa a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz do que o indivíduo alfabetizado. O analfabeto padeceria de minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e é frequentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direitos. O analfabeto não possui, enfim, sequer os elementos rudimentares da cultura de nosso tempo. A educação dos adultos teria, portanto, objetivos de integração do homem marginal nos problemas da vida cívica e de unificar a cultura brasileira. Seus efeitos positivos se fariam sentir nos índices de produção, pois nas regiões mais produtivas, segundo Lourenço Filho, "há taxas de maior elevada cultura popular", com maior porcentagem de letrados. Esta educação, entretanto, deveria ser mais do que a simples alfabetização, sendo a aquisição das técnicas da leitura e da "atuação positiva"; a pura alfabetização levaria os recém alfabetizados à reabsorção pela "incultura ambiente" (PAIVA,1987, p. 184).

O principal mentor da campanha Lourenço Filho, não enxergava o analfabeto como uma pessoa normal, ele acreditava que por ser analfabeto o indivíduo deveria ser extinto da sociedade, e por não saber ler nem escrever sua produção era inferior em comparação à produção de alguém alfabetizado. Por isso deveria ter os menores salários, além da produção ser pouca ainda era de péssima qualidade esse fato facilitava sua exploração com mais frequência.

Dessa forma o analfabeto não poderia exercer a democracia, pois o voto lhes era negado não podendo assim usufruir de seus direitos. O principal objetivo da campanha era trazer esse jovem analfabeto até então considerado marginal e excluído da sociedade ao mundo letrado. Uma vez alfabetizado essas pessoas poderiam fazer parte da sociedade de forma ativa; sua produção aumentaria e conseqüentemente seus salários.

Desse modo a alfabetização não estava voltada somente para a aquisição da leitura e da escrita, mas também para a aquisição e desenvolvimento de novas técnicas.

Paiva (1987, p.99), ao se pronunciar sobre o assunto, diz:

É o analfabetismo como um grande mal que cumpre extirpar do organismo nacional. Com sua autoridade de cientista, membro da academia de medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto afirmava que era "o analfabetismo não só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela a vida, nem necessidades nem ambições o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião, a toda idéia de progresso, entrevendo sempre na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela a incúria contrai doenças e pelo o abandono as contagia e perpetua". O analfabetismo das massas seria a fonte da "incompreensão, da indolência, da preguiça", chegando afetar fisicamente os indivíduos. Em sua concepção, "o analfabeto é um microcéfalo: a sua visão física estreitada, porque embora veja claro, a enorme massa de noções escrita lhe escapa; pelos os ouvidos passam palavras e ideias como se não passassem; o seu campo de percepção é uma linha a inteligência, o vácuo; não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria.

Para Miguel Couto o analfabetismo é uma doença considerada grave, pois o analfabeto vive sem perspectiva sem vontade de lutar contra esse mal que afeta seu corpo e sua alma. Para a sociedade o jovem analfabeto é visto como uma pessoa morta que não raciocina que não prospera (PAIVA, 1987).

Uma vez vítima de toda essa injustiça o analfabeto continuava sendo tratado como uma pessoa doente e preguiçosa, capaz de afetar outros indivíduos considerados normais para a sociedade. Mesmo que o analfabeto tivesse uma visão boa a sociedade letrada o considerava cego; pois o mesmo não saberia desfrutar dos bens que a sociedade tinha a oferecer. Além do mais ele não teria capacidade de compreender o que acontecia a sua volta, por isso era considerado um sujeito sem percepção sem imaginação, ou seja, um peso morto que a sociedade tinha que suportar.

Para Stephanou (2005), a campanha visava alfabetizar a população a curto prazo. No final dos anos 50 a campanha começou a receber inúmeras críticas, pois a mesma não conseguiu atender a demanda da população. Além disso o material pedagógico distribuído não atendia a realidade do aluno, uma vez que esse material era distribuído igualmente em todo território brasileiro.

Ainda nos anos 50 Paulo Freire começou a liderar alguns grupos que defendiam que o ensino, deveria ser feito “com” o homem e não “para” o homem. Para Freire o sistema educacional deveria ver o homem como um ser capaz de desenvolver e produzir sua própria cultura. Desse modo para Freire o maior problema enfrentado pela a população não era o analfabetismo e sim as condições precárias que a população estava sujeita.

Ainda na década de 50, outras duas campanhas foram criadas, a Campanha Nacional de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

Segundo Stephanou (2005), a primeira campanha veio para atender a população rural onde a demanda de pessoas analfabetas eram enormes. A segunda campanha surgiu para suprir as deficiências que a Campanha de Educação de Adultos não conseguiu suprir. Nessa segunda campanha as atividades propostas já começavam a atender a realidade dos alunos mesmo assim essas campanhas não obtiveram êxito e em 1963 foram extintas.

No final da década de 50 surgiram vários movimentos inspirados nas ideias de Paulo Freire, um deles foi o movimento “De pé no chão também se aprende a ler”.

Esses movimentos fizeram-se presentes em todo o país, mas foi no nordeste, onde conseguiram maior número de participantes. Naquela época 50% da população brasileira não tinha o direito de votar por ser analfabeto. Devido a isso os movimentos ganharam força uma vez que os mesmos tinham como objetivo erradicar o analfabetismo, transformando assim as condições financeiras políticas e sociais da população.

Suas ações partiam do conceito de conscientização, participação e transformação social. Nesses movimentos o analfabeto não é mais visto como um ser incapaz e doente e sim como produto de uma sociedade injusta e não igualitária.

Em 1958, acontece o segundo congresso Nacional de Alfabetização de Adultos, nesse congresso estava presente Paulo Freire, nessa ocasião houve muitas

discussões voltadas para o campo educacional; onde o foco era desenvolver uma educação que atendesse as camadas menos favorecidas.

Levando em consideração o contexto cultural o qual o adulto estava inserido. Esse modelo de educação deveria transformar o indivíduo em um ser crítico e consciente perante a sociedade. As ideias discutidas no congresso visava uma educação de qualidade, educação essa que transformasse o homem analfabeto e contribuísse para o exercício da cidadania, onde o mesmo pudesse contribuir de forma ativa transformando a realidade social do seu município.

Sobre esse assunto Paiva (1987, p. 210) acrescenta:

A revisão dos transplantes que giram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem á realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade do educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de soerguimento do país; propunham, finalmente a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando asa modernas técnicas de educação e grupos com a ajuda de recursos audiovisuais.

Nesse período o movimento de educação de jovens e adultos liderado por Paulo Freire já pregava um modelo de educação que se preocupava com a transformação social do indivíduo. Onde os materiais pedagógicos já atendessem a realidade do aluno; ou seja, o contexto histórico naquela época já se voltava para a renovação dos métodos no sistema educacional; uma vez que o discurso seria substituído pela discussão e pelo diálogo em grupo.

No final dos anos 50 o Brasil passa por uma fase de desenvolvimento econômico, e com esse processo de modernização o preconceito começa a desaparecer e o analfabeto aos poucos deixa de ser visto como um marginal, incapaz e passa a fazer parte da sociedade como um ser quase normal. O sistema educacional passa por uma grande transformação e a educação passa a ser vista como libertadora que surge para conscientizar o homem.

Para Freire (2002, p.48),

A estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos

contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la.

O contexto social e cultural daquele período era fruto do pensamento preconceituoso do homem, onde o ser deixa de ser sujeito para ser objeto de transformação. Nesse sentido o modelo educacional não transforma apenas molda adequando o homem a sociedade que queremos.

O início da década de 60 é marcado pela experiência de Paulo Freire segundo Freire, o aprendizado não se dá através da memorização dos conteúdos onde o educando tenta absorver. Freire acreditava que os conteúdos deveriam ser planejados de acordo com o contexto social e cultural o qual o indivíduo estava inserido.

Com o Golpe Militar de 1964, Paulo Freire foi exilado com isso a educação passa por um momento de regressão, pois muitos educadores que acreditavam na pedagogia de Freire tiveram seus ideais reprimidos e a alfabetização passa a ser vista apenas como um exercício de aprender escrever o nome.

Em 1967, surge o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) vale ressaltar ainda que o movimento liderado por Paulo Freire, que pregava uma educação voltada para a problematização e a conscientização ainda permanecia vivo.

Mobral atendia a população com faixa etária entre 15 e 30 anos e tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, além de promover uma educação continuada onde o analfabeto pudesse continuar seus estudos.

Yamasaki e Santos (1999, p. 9), esclarecem que:

O Mobral funcionou como uma grande campanha de cunho nacionalista que buscava ampliar a base de legitimidade do Governo de exceção, que havia estabelecido no Brasil, através da ruptura da ordem institucional vigente, o golpe militar de 1964. Buscava também atenuar as pressões dos setores populares e acadêmicos e atender a demanda da escolarização dos adultos. Ao mesmo tempo, pretendia qualificar a mão-de-obra com uma escolaridade mínima que atendesse a perspectiva do novo ciclo de desenvolvimento que se iniciava no Brasil no final dos anos 60 e 70.

O MOBRAL chegou com muita força e visava alfabetizar jovens e adultos, além de qualificar os adultos de forma que atendesse a demanda do mercado, que exigia cada vez mais mão-de-obra especializada.

O MOBRAL que era muito semelhante às outras campanhas também não se preocupava com a formação do professor para a campanha qualquer pessoa que soubesse ler e escrever também poderia ensinar.

O material oferecido no MOBRAL era padronizado e utilizado em todo o Brasil, diante disso o material ofertado não atendia as necessidades e a individualidade de cada região.

Assim como as outras campanhas destinadas a alfabetização de jovens e adultos, o Mobral não conseguiu erradicar o analfabetismo, e por isso sofreu inúmeras críticas uma vez que os adultos alfabetizados no MOBRAL, depois de algum tempo esquecia-se de tudo que tinha aprendido. Em 1985, o MOBRAL foi extinto e em seu lugar surge à Fundação Educar.

De acordo com Stephanou (2005), criado em 1985 a Fundação Educar fazia parte do ministério da educação. Enquanto o Mobral desenvolvia ações destinadas a alfabetização, a Fundação Educar apenas acompanhava as instituições que recebiam recursos para desenvolver o programa.

Em 1990, o Governo Collor extinguiu a Fundação Educar e o Brasil mais uma vez ficou órfão de ações voltadas para a alfabetização de jovens e adultos. Como o governo federal deixou investir na alfabetização de jovens e adultos, a responsabilidade passou a ser dos municípios, como isso as prefeituras ampliaram os investimentos destinados a essa modalidade além de buscar parcerias com outras instituições.

Ainda na década de 90 surgiram outros movimentos ligados à alfabetização de jovens e adultos tendo destaque o MOVA-Movimento de Alfabetização. As atividades no MOVA tiveram início em janeiro de 1990 esse foi um projeto proposto por Paulo Freire a cidade São Paulo e que mais tarde se expandiu a outros estados.

O MOVA se assemelhou ao método Paulo Freire, com uma metodologia que buscava atender a todos. Baseado numa concepção libertadora de educação, o MOVA via o aluno como sujeito do conhecimento, capaz de evoluir de forma significativa não só apenas aprendendo a ler e escrever e sim tornando-se um ser intelectual e social.

O MOVA procurou resgatar a cidadania de jovens e adultos analfabetos até então esquecido pela sociedade, dessa forma propôs uma educação libertadora e não opressora, onde o educando seja agente da sua história.

Sobre o assunto, Paulo Freire dizia que a educação não poderia ser vista apenas como uma ferramenta para a transmissão do conhecimento e reprodução das relações de poder, mas sim como um ato político de libertação e emancipação das pessoas. Enxergava na relação pedagógica uma ação política, pois compreender o saber como mera transmissão ou como criação e recriação como sujeito ou objeto do processo, faz uma grande diferença na vida das pessoas (PEREIRA, 2006, p. 52).

Pensar a educação como um método apenas de repassar conteúdos eu diria que é um pouco ultrapassado, pois a transmissão de conhecimentos não faz mais parte da educação moderna, é preciso oferecer meios que transforme o pensamento das pessoas, que liberte para que estes possam alcançar a plena cidadania.

O educando deve ser visto como sujeito capaz de criar, reinventar e produzir sua própria história. Sendo assim o papel da escola é conceder ao outro a oportunidade de superar limites para que de fato este possa conquistar sua liberdade.

Segundo Haddad (2002), a partir da 1 conferência de educação promovida pela UNESCO em Elsiore (Dinamarca), até a 5 conferência em 1997 em Hamburgo (Alemanha) que a educação de jovens e adultos tem dado um salto positivo, no que se refere a formação cultural uma vez que a educação tem o poder de transformar o cidadão, além de oferecer melhores condições de vida.

No governo Collor a educação de jovens e adultos passa por um processo de desqualificação, o discurso de inclusão que vinha a todo tempo ganhando espaço e força, foi substituído pelo discurso de exclusão.

Diante disso o governo continuou mantendo de forma gratuita o acesso a educação de jovens e adultos, porém retirou a obrigação do Estado em oferecer essa modalidade de ensino, uma vez que agora o estado só seria obrigado a oferecer o ensino fundamental em caráter regular, além de fugir da responsabilidade de erradicar o analfabetismo em dez anos e de destinar 50% dos recursos para EJA, estes 50% passariam a ser destinados ao ensino fundamental.

Por um lado a constituição oferece recursos e cria um plano de metas para EJA, por outro lado uma emenda constitucional retira os recursos e deixa de lado o compromisso firmado para com as pessoas analfabetas; ao mesmo tempo que o governo contraria a constituição de assegurar o ensino fundamental a qualquer cidadão independente da sua idade, por outro lado o governo tenta amenizar a situação dizendo que não existe nenhum impedimento legal para que esses recursos não possam ser utilizados para financiar a EJA,

na verdade o que não se sabe é a quantidade de alunos que serão beneficiados com essa pequena parcela.

Diante das incertezas o MEC, não poderia disponibilizar os dados confiáveis para que pudesse efetuar as matrículas no ensino supletivo.

Dessa forma Haddad (2002), afirma que no mesmo ano (1996), foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de Lei n 107/94, que criou o Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos, onde as empresas ou órgãos públicos que tivesse no seu quadro de funcionários mais de cem (100) pessoas analfabetas deveriam aderir o projeto, onde as empresas deveriam oferecer dentro do próprio local de trabalho salas de aula equipadas com material didático necessário e professores especializados para atender esses trabalhadores.

Cabendo ao poder publico apenas a tarefa de treinar o pessoal, selecionar e fazer o acompanhamento adequado.

Em janeiro de 1997, essa lei foi vetada segundo o presidente da republica a lei em vigor era contraria a Constituição, pois tirava do Estado e dos municípios a responsabilidade que os mesmos deveriam ter com a educação, uma vez que o acordo feito com a educação deixava de ser responsabilidade do Estado passando a ser responsabilidade das empresas.

O artigo 4º da LDB 9394/96 menciona como sendo

Art.4 O dever do Estado com a Educação Escolar Publica será efetivada mediante a garantia de:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

VII – Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

O artigo reforça a obrigação e gratuidade principalmente para aqueles que não conseguiram terminar seus estudos no tempo adequado. Por outro lado reafirma o acesso e a permanência de jovens e adultos trabalhadores ou não a escola, de modo que a escola disponibilize todas as condições necessárias para que todos tenham acesso a educação de qualidade.

O artigo 5 da LDB reafirma a obrigação do poder público em oferecer o ensino fundamental a jovens e adultos analfabetos, cabendo a qualquer entidade da

sociedade organizada o direito de reivindicar, cabe também ao poder público a responsabilidade de identificar todos aqueles que não terminaram o ensino fundamental.

Dessa forma a LDB deixou de fora ainda a responsabilidade do Estado de oferecer condições que facilitasse a permanência de jovens e adultos na escola, pois essas pessoas encontravam muitas dificuldades para poder permanecer na escola. Uma vez que as propostas do projeto da câmara não foram cumpridas as escolas ficavam distantes das casas e do trabalho, essas pessoas não tinham acesso a alimentação, material escolar, transportes entre outros.

O projeto da câmara tinha o objetivo de facilitar o acesso e a permanência dos alunos a escola, uma vez que essas condições são negadas impossibilita a participação dessas pessoas já que as mesmas necessitam de incentivos para poder continuar estudando é preciso criar condições de permanência e mais que isso é necessário mantê-las.

1.2 EJA e os Desafios da Modernidade

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que veio para superar as desigualdades sociais promovendo assim a aprendizagem de forma gratuita e de qualidade, fazendo com que as pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever na infância possam agora multiplicar seus conhecimentos e desenvolver sua criatividade. Pois os adultos analfabetos são vistos na sociedade como pessoas ignorantes incapazes de se comunicar e expressar seus próprios sentimentos.

Aprender a ler e escrever é a maior conquista que alguém pode conseguir, e esse é um direito que não pode ser tirado de ninguém independente de classe, idade e cor, pois o adulto analfabeto desconhece os benefícios que a leitura pode lhe trazer e por isso deixa de desfrutar de seus direitos primordiais que é garantido por lei e deve ser destinado a todos, pois todas as pessoas devem ter acesso a uma educação de qualidade.

A educação de base era entendida como o processo educativo destinado a proporcionar a cada individuo. Os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo. Em técnicas que facilitassem o acesso à cultura- como a leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene- é com as quais, segundo suas capacidades,

cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social. A educação de adultos contribuiria de muitas formas, melhorando o nível de instrução do homem comum, permeabilizando as modernizadoras dos poderes públicos, habilitando-as a produzirem mais e melhor, constituindo-se, pelos seus efeitos, em atividade de fortalecimento da defesa nacional (BEISIEGEL,1992, p.14).

A educação de base é vista como um processo indispensável a vida do indivíduo, pois é na educação de base que o indivíduo aprende a entender a sua cultura, além de desenvolver o domínio da leitura e da escrita. Nessa fase o indivíduo adquire também outras habilidades como o domínio da matemática e das ciências naturais; além de inserir-se na sociedade de forma ativa e produtiva.

A educação de jovens e adultos veio para melhorar o nível de desenvolvimento do ser humano; uma vez que o grau de instrução e o conhecimento torna-se indispensável numa sociedade que busca a todo instante aprimorar o desenvolvimento tecnológico. Por isso cabe ao poder público oferecer subsídios que favoreçam à aprendizagem do homem transformando-o em um ser social, capaz de produzir novos conhecimentos, desenvolver novas habilidades adquirindo assim todos os bens materiais e culturais que a sociedade tem a oferecer.

A alfabetização de jovens e adultos é um processo no qual educando e educador aprendem juntos. Onde as aulas devem ser planejadas de acordo com a realidade do aluno. Pois mesmo o adulto não sabendo ler ele já traz de casa e de seu grupo social um conjunto de atividades e regras impostas a qual ele está sujeito, mesmo não tendo consciência o adulto iletrado já exerce funções sociais.

A partir do momento que o professor deixa de ser a autoridade máxima e passa a ser o facilitador do conhecimento, educador e educando trocam experiências e aprendem juntos a partir dessa interação a aula se torna mais produtiva e significativa para ambas as partes.

As manifestações ocorridas no congresso seguiam a tônica que via o analfabeto como um marginal e imaturo e o analfabetismo como responsável pelos empecilhos á plena realização da democracia e do desenvolvimento. Por isso, o termo “erradicação” adequava-se a uma concepção que o encarava como uma erva daninha que precisava ser erradicada, tirando a responsabilidade do processo seletivo e discriminatório da sociedade burguesa que se consolidava no país, debilitando, pele o contrário, na conta dos próprios analfabetos, o atraso brasileiro (ROMÃO, 1999, p.15).

O analfabeto é visto como um marginal incapacitado de desempenhar suas funções numa sociedade que caminha para o desenvolvimento, por isso o analfabetismo era considerado como uma praga e era responsável pelo o atraso do país portanto deveria ser abolido da sociedade.

O analfabetismo atinge de forma desordenada os setores mais marginalizados da sociedade, onde as pessoas são mais carentes e as condições financeiras são precárias. Devido à situação financeira ser péssima as crianças precisam começar a trabalhar mais cedo para ajudar seus pais nas despesas diárias, vale ressaltar que a maioria dos pais dessas crianças também são analfabetos e por isso não acreditam que a educação pode transformar a vida de seus filhos.

Portanto essas crianças crescem sem nenhuma perspectiva tornando-se assim jovens e adultos analfabetos e por isso serão vistos pela a sociedade como pessoas ignorantes, incapazes de expressar seus sentimentos; onde na verdade a criança não se torna jovem analfabeto por que quer, infelizmente o analfabetismo é fruto de uma sociedade não igualitária onde o poder e a riqueza pertencem a poucos.

CAPÍTULO II

2 FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE EJA

A educação de jovens e adultos teve início no Brasil-colônia, onde os professores eram os jesuítas que educavam sobre forte influenciada igreja católica, visando à evangelização e adaptação dos jovens e adultos ao regime de colonização portuguesa que visava apenas explorar a mão de obra principalmente nas atividades agrícolas.

Segundo Moura (2011), os professores jesuítas tinham uma formação muito ampla voltada para o ensino e a catequese, pois os mesmos passavam quatorze anos estudando para então poder desempenhar suas funções educacionais.

No entanto nessa época a educação ainda não era para todos, uma vez que nem mesmo em Portugal o povo era alfabetizado. Durante dois séculos os jesuítas ficaram responsáveis pela educação e nesse período os professores eram bem remunerados o ensino era gratuito, e quem pagava os professores era o governo e a sociedade civil organizada; havendo exceção apenas para o seminário que era responsabilidade da igreja católica tendo os estabelecimentos de ensino mantido pelas famílias dos seminaristas.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal a educação passa por grandes mudanças, os professores jesuítas foram substituídos e a educação passa a ser responsabilidade do estado. Com isso chegam ao Brasil os professores régios esses não tinha nenhuma preparação pedagógica e não conseguiam dominar os conteúdos propostos.

Nesse contexto a educação passa por sérios problemas pois o ensino oferecido é de má qualidade; onde o professor não tem qualificação e por isso não tem um planejamento adequado e as aulas passaram a ser improvisadas, além da remuneração recebida ser muito inferior levando em consideração ao que era pago antes aos professores jesuítas.

Mesmo com a má qualidade do ensino o governo não tinha interesse de oferecer cursos destinados à formação do professor e com isso o sistema

educacional continuou desorganizado, uma vez que o governo acreditava que o ensino oferecido atendia as expectativas do momento.

Somente em 1834, após a promulgação do ato adicional foi criada a primeira escola de formação do professor. Diante disso a formação do professor no Brasil só acontece no século XIX com a criação da primeira escola normal em 1835 em Niterói no Rio de Janeiro.

A formação do professor nesse período não tinha como objetivo qualificar os profissionais para que se pudesse oferecer um ensino de qualidade, naquele momento o objetivo era poder moldar os sentimentos das pessoas, fazendo com que essas pessoas pudessem adotar os princípios e costumes da elite. A partir do momento que a sociedade tivesse completamente dominada pelo modelo de educação oferecida, seria bem mais fácil controlar os anseios do povo.

Somente com o advento da lei 5.692/72 no artigo 32, surge uma grande preocupação com a formação do professor: “O pessoal docente do ensino supletivo terá preparo adequado às características especiais desse tipo de ensino, de acordo com as normas estabelecidas pelos conselhos de educação”.

2.1 Desafios na Formação de Professores

Quanto à formação do professor o que se pode observar é que o Brasil tenta de todas as formas agradar seus financiadores, deixando de lado a preocupação com a qualidade do ensino, o que acontece é que enquanto as instituições brasileiras distribuem certificados para impressionar o Banco Mundial a qualidade do ensino e a qualificação adequada ao profissional vêm caminhando em passos lentos.

Segundo Brzezinski (1996), além da desvalorização do profissional da educação as instituições responsáveis pela formação de professores, não tem dado conta do seu papel que é formar profissionais capazes de atender as exigências do mercado. Por outro lado o governo insiste em responsabilizar somente o professor pelo baixo desempenho dos alunos.

Diante disso é preciso formar profissionais que atenda as exigências da sociedade moderna, que usa a tecnologia para desenvolver suas necessidades. É inaceitável que ainda hoje numa sociedade que tem a tecnologia e o saber como seu maior aliado, as instituições de ensino superior ainda não tenha por completo se

adequado para atender esse novo modelo de educação. Onde os professores a todo instante são desafiados a atender aos novos anseios de uma sociedade contemporânea.

Desde o século XIX no período imperial que a Escola Normal instalada para a formação de professores foi marcada por improvisos, onde as escolas eram abertas e fechadas reabertas e novamente fechadas. Ou seja, desde o início que a Escola Normal por conta das idas e vindas já não oferecia uma formação de qualidade.

No início do século XX a educação brasileira começa a se preocupar em formar professores em níveis mais elevados, devido esse interesse foi instalado na Escola Normal de São Paulo o curso de pós-normais, os cursos pós-normais foi só o início para a criação de outros cursos superiores voltados para a formação profissional do professor.

Esses cursos foram implantados por uma reivindicação do Estatuto da Universidade Brasileira e a Reforma Francisco Campos. Os cursos procuravam especializar o professor secundário em nível superior. Com isso a Escola Normal passa a ser Instituto Pedagógico e em 1933 a Instituto de Educação Caetano de Campos.

O Instituto oferecia o Curso Normal para professores "primários", além de oferecer curso de aperfeiçoamento destinado para especialistas pós-normal, bem como preparar delegados de ensino, diretores professores entre outros.

Para Brzezinski (1996), O curso pós-normal com o passar do tempo seria substituído por uma escola superior, enquanto que o curso de aperfeiçoamento passou por uma ampliação, formando professores de nível secundário sendo que depois a escola foi denominada Escola de Professores Institutos de Educação.

Na verdade o que se observa é um grande desprestígio com a formação do professor, desprestígio esse que começou desde o início e se estende até os dias de hoje.

Os professores não ficaram estagnados no tempo, eles ansiavam por uma escola que atendesse a todos respeitando as diferenças e as exigências de cada grau de ensino; defendia-se ainda que a formação deveria se dá dentro das universidades tanto para professores primários como secundários.

No ano de 1935, Anísio Teixeira já defendia que o professor primário tivesse formação superior. O pensamento de Anísio Teixeira foi considerado utópico, relembrando que naquela época não existia professores formados na Escola

Normal, em quantidade adequada para atender de forma adequada o número de alunos matriculados no ensino primário.

A formação tão almejada por Anísio Teixeira estava presente no curso de Pedagogia, para ele o professor deveria ser formado no curso de Pedagogia e não mais na Escola Normal, uma vez que o currículo da Escola Normal não atendia mais as necessidades que exigia uma formação adequada.

Criado em 1939, o curso de Pedagogia infelizmente não foi de encontro com o esperado pois o currículo foi modificado não definindo assim sua real função. O conteúdo da pedagogia foi diversificado provocando ruptura entre conteúdos e métodos de ensino.

Diante disso pode-se observar a diferença entre a teoria e a prática, algo muito questionado hoje no curso de pedagogia. Essa distância entre teoria e prática fez com que em 1999 alguns conselheiros do CNE excluísse o direito de algumas Faculdades de Educação qualificar profissionais para ensinar nas séries iniciais do ensino fundamental.

Desde sua criação até os dias atuais o curso de Pedagogia destinado a formação do profissional de educação vem passando por algumas modificações como ampliação de sua duração, extinção do bacharelado permanecendo somente a licenciatura.

Segundo Brzezinski (1996), com a Reforma Universitária a ideia era reestruturar o curso de formação de professores criando vários institutos dividindo o processo de formação em dois momentos; onde num primeiro momento os institutos eram responsáveis pelos conteúdos específicos destinados aos bacharéis e aos licenciados. No segundo momento a Faculdade de Educação se responsabilizava pela formação do professor e pela oferta de disciplinas para as licenciaturas na área de pedagogia.

De acordo com Brzezinski (1996c, p.45),

Os egressos da licenciatura em pedagogia seriam os futuros professores da escola normal que formava professores primários. No entanto, o currículo dessa licenciatura, como o estabelecimento em 1939, não contemplava o conteúdo do curso primário. Certamente, os licenciados aprendiam esse conteúdo por encanto, ou talvez pela 'prática', caso o futuro bacharel já fosse professor primário. Essa estruturação do curso de pedagogia facilitou a adoção da premissa 'quem pode o mais pode o menos', isto é, se os licenciados em pedagogia estavam habilitados a formar professores de professores primários, por 'osmose' adquiririam os domínios dos conteúdos do curso primário.

Cabe ao pedagogo lecionar na Escola Normal mesmo que o currículo não ofertasse disciplinas do curso primário. O que se pode observar era o descaso total com o ensino primário, uma vez que os futuros professores não tinham sido habilitados para desempenhar essa função, e mesmo sem esse conhecimento os futuros professores tinham que ensinar algo que eles não tinham aprendido durante a sua formação.

Somente em 1988 o curso de Pedagogia por meio de algumas reformas curriculares começam a se preocupar com a formação de professores para as séries do ensino fundamental. Diante dessa preocupação o curso de Pedagogia começou a obter números positivos quanto ao desempenho; uma vez que o mesmo se destina a qualificar profissionais que possam atuar nas séries iniciais do ensino fundamental de forma multidisciplinar.

De acordo com Brzezinski (1996c, p.183), “As universidades, naturalmente, possuem condições para qualificar professores, já que desenvolvem o ensino articulado á pesquisa, á extensão e as práticas culturais”.

As universidades mesmo que às vezes enfrentem algumas dificuldades é o espaço mais adequado para formação e qualificação do professor, pois a instituição possui um currículo adequado para tal formação professores hábitos a desenvolver um ensino de qualidade que proporcione ao aluno um conhecimento amplo da realidade educacional.

2.2 Formação de Professores para a Modalidade de Ensino EJA

Formação oferecida aos professores que atuam na EJA é igual à formação dada aos professores do turno diurno, e de acordo com a lei os professores da EJA, deveria ter uma qualificação diferenciada, uma vez que a clientela que frequenta as turmas da EJA possuem características diferenciadas, portanto se faz necessário uma formação adequada para o professor da EJA, pois o mesmo vai ter que lidar com um público que por muito tempo ficou fora da escola e ao retornar a escola esse adulto busca solucionar todas as dificuldades impostas pela a sociedade.

Educar jovens e adultos é um processo muito complexo por isso requer do educador uma atenção especial, uma vez que o educando já exerce papéis sociais e por isso tem necessidades imediatas a serem supridas. Portanto o professor deve

levar em consideração o meio o qual o indivíduo está inserido sem esquecer-se de respeitar a individualidade e a dificuldade de cada um.

Ao iniciar o período de redemocratização a qualidade do ensino era péssima ao se expandir o número de escolas, logo aumentou também o número de professores primários.

Nesse período os cargos passavam a ser disputados pelos políticos e devido a essa negociação, os cargos foram assumidos por professores sem nenhuma qualificação. Após alguns anos de experiências por conta do jogo político esses professores eram substituídos por outros professores leigos e sem experiências.

Machado (1998, p.126), afirma:

A educação de jovens e adultos foi vista no decorrer de sua história como uma modalidade de ensino que não requer, de seus professores, estudo nem especialização, como um campo eminentemente ligado à boa vontade. Em razão disso, são raros os educadores capacitados na área. Na verdade, parece que continua arraigada a ideia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode ensinar jovens e adultos (...), com essa falsa premissa não se tem levado em conta que para se desenvolver um ensino adequado a esta clientela exige-se formação inicial específica e geral consistente, assim como formação continuada.

Ao longo de sua trajetória a educação de jovens e adultos foi e é vista como uma modalidade de ensino que abriga na sua maioria professores leigos sem preparação adequada. É pena que os governantes ainda não despertaram para a importância da formação do professor.

Ora se a clientela atendida nessa modalidade de ensino na sua maioria é constituída por jovens e adultos que já trabalharam, com certeza essas pessoas necessitam de uma educação eficiente.

Por se tratar de uma clientela diferenciada é preciso que os professores sejam mais que qualificados que sejam especializados, pois a partir do momento que todos os professores tiverem uma formação adequada evita-se até a evasão escolar; pois esses educandos têm urgência e merecem respeito.

De acordo com Brandão (2003, p.223-224), o professor de jovens e adultos deve ser:

Agente facilitador e de informação de um processo que acontece e vai acontecendo na medida em que todos se envolvem com a construção de um contexto imaginário e dialógico de um saber cultural vivenciado enquanto momento de cultura do grupo de alfabetizados.

O professor da EJA, não deve ver o aluno como alguém que não sabe de nada, deve-se levar em conta o conhecimento e as experiências do educando. De acordo com isso o professor deve mediar o discurso fazendo com que todos participem do processo de aprendizagem.

O dialogo é a melhor forma de se conhecer a realidade e as dificuldades de cada um, pois a partir daí o professor deve traçar objetivos que venha a atender a todos de maneira dinâmica e descontraída, onde todos possam ser sujeitos da sua própria história.

O professor da EJA necessita de uma preparação voltada para atender a esse público, uma vez que esses jovens e adultos se sentem excluídos da sociedade e incapazes de aprender algo novo. É preciso que o professor converse, compreenda e planeje as atividades juntamente com seus alunos.

Educar jovens e adultos é uma troca de experiência onde educandos e educadores possam através de momentos reflexivos aprenderem juntos.

De acordo com Pinto (1997), o educador de jovens e adultos tem que ter consciência de que seus educandos são pessoas uteis na sociedade em que vivem, pois os mesmos já desempenham papéis importantes. Por isso o educador não deve repetir o discurso ultrapassado de que pessoas analfabetas são marginais; ao contrario os jovens e adultos analfabetos não são analfabetos por opção o analfabetismo é uma consequência dessa sociedade que exclui, que humilha e marginaliza ser humano.

Os jovens e adultos analfabetos são seres humanos normais e dotados de muita inteligência, portanto cabe ao educador despertar a consciência crítica de seus educandos, de forma que esses possam mostrar seu potencial. Dessa forma a educação de jovens e adultos deve atuar de maneira ativa para que essas pessoas possam aprimorar seu padrão cultural.

Para Barcelos (2010), a formação de professores que trabalham com EJA, passa por vários estágios e acontece de várias formas. A formação docente requer saber e experiência a educação de jovens e adultos exerce um papel social papel esse que é fundamental na sociedade em que vivemos; onde uma grande parte das pessoas são excluídas da vida social. Nesse caso a educação de jovens e adultos tem um papel muito importante, pois é a partir da educação que as pessoas serão convidadas a fazer parte do modelo de sociedade existente.

A educação contribui fazendo esse “elo” entre educadores e educandos, além de permitir a troca de conhecimento entre ambos.

A formação de professores passa, nos tempos atuais de pós-modernidade, por um momento muito rico quanto às diversidades e pluralidades de diálogos que podem ser estabelecidos. Esta diversidade e pluralidade, que em muitos casos são vistas como um perigo, ao contrário, são excelente oportunidade para ampliarmos o repertório de conhecimentos e de saberes sobre nosso fazer educativo (BARCELOS, 2010, p.26).

Cada vez mais surge a necessidade do professor ter uma formação voltada para diversidade e pluralidade, pois vivemos numa sociedade onde as mudanças ocorrem com muita frequência e por isso o docente deve estar preparado para acompanhar essas transformações que servem para que o profissional da educação possa crescer junto com elas. Portanto devemos enxergar essa vasta diversidade como algo bom que veio para fortalecer a nossa prática educativa.

O professor hoje não deve mais ficar estagnado no tempo é preciso sempre estar se reciclando para que possa acompanhar com sucesso as mudanças que ocorrem a todo instante.

Os alunos não precisam de guias espirituais, nem de catequizadores. Eles se constroem encontrando pessoas confiáveis, que não se limitam a dar aulas, mas que apresentam como seres humanos complexos e como atores sociais que encarnam interesses, paixões, dúvidas, engajamentos, atores que se debatem, como todo mundo, com o sentido da vida e com as vicissitudes da condição humana (PERRENOUD, 2005, p.138).

Muitas vezes o professor pensa que sabe tudo e isso é uma atitude errônea, o professor nunca sabe tudo ele sempre deve estar aberto para novos conhecimentos novas experiências, principalmente os educadores da EJA, pois o público ali atendido já possui uma vasta experiência que precisa ser aprimorada e não rejeitada.

Portanto eles não precisam de guias e sim de professores que possam aprimorar, aguçar seus conhecimentos a fim de promover o conhecimento científico não estagnar o conhecimento adquirido por eles ao longo da vida.

Ao pensar na formação de educadores e educadoras principalmente para a área de EJA, deve-se levar em conta as experiências vivenciadas ao longo da vida.

Educar jovens e adultos requer conhecimento, experiência e disposição para lidar com todas as formas de cultura trazidas pelos os educandos.

A partir dessa troca de conhecimentos a relação educador educando torna-se mais saudável e proveitosa para todos. No processo educativo tanto o professor como o aluno assumem o papel de sujeitos aprendizes onde todos juntos aprendem alguma coisa; a partir daí a educação passa a ser um processo de reconstrução onde valores e preconceitos podem e devem ser revistos e aprimorados.

Desde o início lá no período de colonização que a educação vem passando por diversas transformações, e mesmo com o processo de modernização onde se dizia que a educação seria destinada a todos. O que se pode perceber que infelizmente o processo educativo almejado e oferecido naquela época foi incapaz de incluir a todos restando para muitos a discriminação e a exclusão principalmente para os menos favorecidos.

Para De Leão (2004, p.162),

O empobrecimento causado pelo silenciamento é perfeitamente observado na maioria das escritas de crianças, jovens e adultos iletrados ou em processo de alfabetização, pertencentes a classes menos favorecidas da população. Os livros, revistas, jornais não circulam nos seus lares com o mesmo significado que circulam nas casa da classe média e alta.

O sistema educacional embalado pelo processo de modernidade não foi capaz de atender a todos; com isso as camadas mais pobres da população deixaram de adquirir, o conhecimento crítico, conhecimento este que é adquirido através do domínio da leitura e da escrita. A partir do momento que essas pessoas não dominam a leitura e a escrita, elas deixam de fazer parte da sociedade letrada e de serem importantes para aqueles que colocam o conhecimento científico acima de qualquer outro conhecimento adquirido ao longo da vida.

Para educar jovens e adultos é preciso levar em consideração toda sua trajetória de vida, pois a partir do momento que o professor conhece seu educando, o mesmo terá mais facilidade para desenvolver uma alfabetização eficiente onde todos possam aprender com mais facilidade.

Para Freire (1993), a educação tanto para crianças como para jovens e adultos deve partir de palavras que fazem parte do cotidiano delas; a partir daí a alfabetização não se dá apenas para a aquisição da leitura e da escrita e sim como

algo que veio para transformar e facilitar a compreensão, que deve ser mediada de acordo com suas experiências.

Vale ressaltar que a experiência não deve ser levada apenas para o processo educativo destinado ao educando, mais principalmente para a formação profissional do educador. Uma vez que este deve estar preparado para lidar com diversas situações que requer dele maior habilidade e serenidade para essa troca de experiência que é muito importante para ambas às partes.

Não se pode refletir a educação de jovens e adultos, sem levar em consideração o processo de silenciamento que uma boa parte das pessoas passaram. Muitas pessoas durante muito tempo foram excluídas da sociedade letrada, e hoje com uma certa idade e diversas dificuldades procuram retornar á escola, e muitas vezes acreditam que não são mais capazes de aprender nada.

Por isso o educando da educação de jovens e adultos necessita que o educador seja compreensivo, carinhoso e amoroso, pois essas pessoas precisam de atenção não somente por se tratar de ensinar a ler e escrever; mas também pelo fato desses jovens e adultos necessitarem de um educador, capaz de levantar sua autoestima fazendo com que os mesmos possam desenvolver suas potencialidades, bem como reconstruir sua autonomia independente da sua idade.

Atualmente se discute muito o papel do educador que além de compreender deve incentivar a inclusão e promover a convivência entre ambos. O educador deve educar para a diversidade respeitando assim as características de cada um, de modo que a escola pregue o respeito às diferenças e promova a humildade de forma que todos sejam capazes de conviver num ato de aceitação e respeito pelo próximo.

Para Brandão (1988, p.22),

A educação deve ser um ato coletivo, solidário - um ato de amor, dá pra pensar sem susto -, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e se pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo á distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum.

A educação não acontece num canto isolado ela se dá de forma coletiva, onde todos participam de maneira dinâmica e descontraída. O saber deve ser compartilhado para que todos possam aprender a partir da coletividade, da troca de conhecimento onde ao mesmo tempo que se ensina se possa também aprender.

Quando Paulo Freire diz que não existe “educadores puros” e nem, “educandos puros”, ele está chamando a atenção para a importância do saber conviver, dos caminhos que precisam ser construídos na cooperação, na coletividade, onde todos possam fazer parte dessa construção

CAPÍTULO III

3 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Em 1996, foi lançado o Programa Alfabetização Solidária (PAS) esse programa foi criado pela primeira-dama do país Dona Ruth Cardoso. O PAS foi realizado em parceria com o MEC e demais segmentos da sociedade civil organizada.

Para Moura (2003, p.61),

Uma das metas do programa é garantir continuidade Dos alunos no processo educacional, com a inclusão dos mesmos nos cursos de educação de jovens e adultos ou profissionalizantes, já existentes nas redes de ensino, implantados de acordo com a vocação do município.

O programa não visava apenas alfabetizar o aluno e sim fazer com que jovens e adultos matriculados pudessem continuar seus estudos reduzindo assim as desigualdades sociais. O programa tinha duração de seis meses, onde um mês era destinado para a capacitação dos alfabetizadores e cinco meses para desenvolver o processo de alfabetização.

O PAS trabalhava em parceria com diversas instituições e atendia aos municípios com IDH- Índice de Desenvolvimento Humano – inferior a 0,5%; o programa foi criticado por diversos pesquisadores, que acreditavam que o período de seis meses seria insuficiente para alfabetizar alguém. Além do mais os educadores não possuíam nenhuma formação pedagógica, ou seja, qualquer pessoa poderia fazer parte do quadro de alfabetizadores.

Em 1998, foi criado o PRONERA – Programa de Educação na Reforma Agrária, esse programa procurou atender as populações analfabetas que viviam em áreas de assentamento esse programa também buscou parcerias com as universidades e os movimentos sociais.

Ao assumir a presidência da república em 2002, uma das prioridades do governo Lula era erradicar o analfabetismo no Brasil e em 2003 lançou o programa Brasil Alfabetizado. No início o programa foi comparado aos outros programas anteriores, que foram extintos por falta de uma preparação sólida que viesse a atender as necessidades da população.

Comparado aos outros o (PAB), também compreendia um período de seis meses, um mês para treinamento dos alfabetizadores e cinco meses para a alfabetização de jovens e adultos. Em 2004 por conta da mudança de ministros o programa passou de seis meses para oito meses de duração nesse ano foi extinta a meta de erradicar o analfabetismo em quatro anos.

De acordo com o Programa Brasil Alfabetizado

[...] é uma ação nobre e necessária que se destina a resgatar a dívida do governo e da sociedade em relação à educação de jovens e adultos (EJA). Os municípios brasileiros vêm desenvolvendo ações de alfabetização ao longo de vários anos. Propiciar, então, a volta de milhares de jovens e adultos a escola não é um sonho, mas uma realidade em processo de conquista (BRASIL, 2012, p.13).

O programa Brasil Alfabetizado surge para erradicar o analfabetismo além de reparar uma dívida do governo com jovens e adultos analfabetos. Esse programa é uma ação do governo federal desenvolvida em parceria com o governo do estado; onde este desenvolve todo o processo que vai desde a seleção até o treinamento dos professores alfabetizadores.

O (PBA), é desenvolvido no Brasil desde 2003 e procura resgatar jovens, adultos e idosos analfabetos fazendo com estes possam voltar a frequentar a sala de aula.

O programa atende aos municípios que apresentam taxa de analfabetismo muito alta vale ressaltar ainda que a grande maioria desses municípios encontram-se na região nordeste. Os municípios que fazem parte do programa recebem todo o aparato técnico para poder desenvolver de forma eficaz as ações propostas.

Uma das principais metas do programa é promover a continuidade dos estudos aos seus alfabetizandos, pois para o (PBA) não adianta de nada participar do programa durante uma temporada e depois mais uma vez abandonar seus estudos. É preciso que o professor alfabetizador desperte em seus alunos o interesse de continuar estudando podendo assim ter acesso a cidadania; além de estar preparado para enfrentar o mercado de trabalho que a cada dia exige uma melhor qualificação profissional.

Haddad (2005, p.191-192) afirma que a

Educação continuada é aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e

relaciona-se com a ideia de construção do ser. Abarca, por um lado, a aquisição do conhecimento a aptidões e, de outro atitudes e valores, implicando no aumento na capacidade de discernir e agir [...] Educação continuada implica repetição e imitação, mas também apropriação, ressignificação e criação. Enfim, a ideia de uma educação continuada associa-se a própria característica distintiva dos seres humanos, a capacidade de conhecer e querer saber mais ultrapassando o plano puramente instintivo de sua relação com o mundo e com a natureza.

Dessa forma a educação continuada não acontece somente num determinado momento, ela transcende os muros da escola e se dá ao longo da vida através de experiências vivenciadas e compartilhadas. Nesse aspecto a educação não visa simplesmente à aquisição do conhecimento científico e sim a formação do ser. Além do conhecimento, os valores, as formas de ser e agir também são importantes e fazem parte de um modelo de educação que busca fazer com que o ser humano cada vez mais seja instigado a conhecer a se aprofundar a fim de adquirir novos conhecimentos.

Neste sentido, Moura (2007) menciona que a profissionalização do profissional tem sido alvo de muitas discussões principalmente quando o assunto é a prática educativa.

Mediante o que se tem discutido as universidades são responsáveis pela formação desses profissionais, ou seja, dos profissionais do magistério.

Conforme Di Pierro (apud MOURA, 2007, p. 44) no Brasil de acordo com estudos realizados pelo INEP em 2000,

existem no nosso país aproximadamente 190 mil professores atuando na área de EJA. Destes, 40% não têm formação superior – aos que se somam aos milhares de voluntários engajados em projetos de alfabetização, no meio popular. Nos dois casos, a maioria dos professores (as) tem formação inicial que deixa a desejar, tentando-se complementar com a formação continuada.

É preciso que seja reavaliada a formação desses educadores, pois atuar como professor de educação de jovens e adultos requer qualificação adequada, por se tratar de um público diferenciado. De acordo com a LDB, n 9394/96, a formação desses educadores deve levar em conta todas as exigências cobradas para qualquer tipo de professor, além das exigências específicas dessa modalidade de ensino.

3.1 Aspectos metodológicos e resultados da pesquisa

3.1.1 Processo de pesquisa

Para a realização desse trabalho iniciamos com uma visita na residência da professora localizada no Povoado Curralinho I, município de Picos (PI) onde as aulas do Programa Brasil Alfabetizado eram ministradas. Nessa ocasião foi explicado o motivo e a importância da referida pesquisa desse modo consegui autorização para execução da mesma.

Na primeira etapa da pesquisa fez-se uma consulta dos recursos oferecidos, para que as aulas pudessem acontecer, nesse momento foram verificados alguns pontos que precisam ser modificados. Mesmo com alguns dias de observação a coleta de dados só aconteceu agora após o término das aulas.

Na segunda etapa da pesquisa voltei à comunidade para aplicação da entrevista para educador e educandos. A entrevista foi realizada de modo que todos os participantes tivessem conhecimento dos objetivos propostos através da pesquisa. Desse modo a pesquisa ocorreu de forma livre e consciente e com autorização de todos os participantes.

Logo após a realização da coleta de dados analisamos os dados quantitativos e podemos perceber que os alunos encontram muitas dificuldades para frequentar a escola, uma vez que estes já trabalham durante o dia. Outro fator determinante é cansaço mental e os problemas com a vista.

Com relação a professores podemos perceber que a mesma não possui formação superior, mas possui uma larga experiência na EJA uma vez que a mesma já participou de várias etapas da EJA, além disso já participou de muitas capacitações oferecidas pelo o programa.

Diante disso podemos explicar a forma como as aulas são ministradas sempre de forma dinâmica, onde o conhecimento do educando é tão importante quanto o conteúdo do livro.

Nessa perspectiva, Pinto (1997) chama atenção para a importância de valorizar o pensamento do educando pois mesmo não sendo considerado um intelectual, o mesmo já carrega consigo algum tipo de conhecimento. Portanto o professor do EJA deve ter a humildade para reconhecer os educandos como sujeitos

capazes de produzir conhecimentos e não apenas como objetos para serem moldados pelo professor.

3.1.2 Características da pesquisa

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, sem desmerecer dos aspectos quantitativos.

3.1.3 Universo da pesquisa

O presente trabalho teve como universo de pesquisa uma turma de alunos que frequentam turma do Programa Brasil Alfabetizado. Às aulas acontece na residência da professora localizada no Povoado Curralinho I, município de Picos onde podemos verificar que o programa tenta de todas as formas oferecer uma educação capaz de inserir seus educandos numa sociedade onde todos possam ter os mesmos direitos.

A comunidade entrevistada foram uma (01) professora e sete (07) alunos, sendo que um dos possíveis entrevistados por motivo de problemas pessoais não estava presente na comunidade no dia da entrevista.

Nessa ocasião foi utilizado como coleta de dados um questionário contendo doze (12) questões para a professora e nove (09) para os alunos matriculados no programa.

3.1.4 Resultado da pesquisa

Neste tópico seguem as apresentações dos resultados da pesquisa que procura analisar a formação profissional da professora bem como os métodos de ensino utilizados por ela durante as aulas.

Com a intenção de facilitar o entendimento dos resultados alcançados, torna-se necessários a análise dos gráficos, onde os resultados adquiridos no decorrer da pesquisa envolvendo professor e aluno possam ser interpretados com mais facilidade.

A primeira etapa partiu através das respostas dos alunos onde os mesmos falam das suas dificuldades para chegar até a escola. Na segunda etapa a

professora fala das capacitações oferecidas pelo programa, como são repassados os conteúdos, além das dificuldades encontradas no decorrer das aulas, e como essas dificuldades são trabalhadas a fim de promover o ensino aprendizagem desses alunos, que durante sua infância foram excluídos do conhecimento científico.

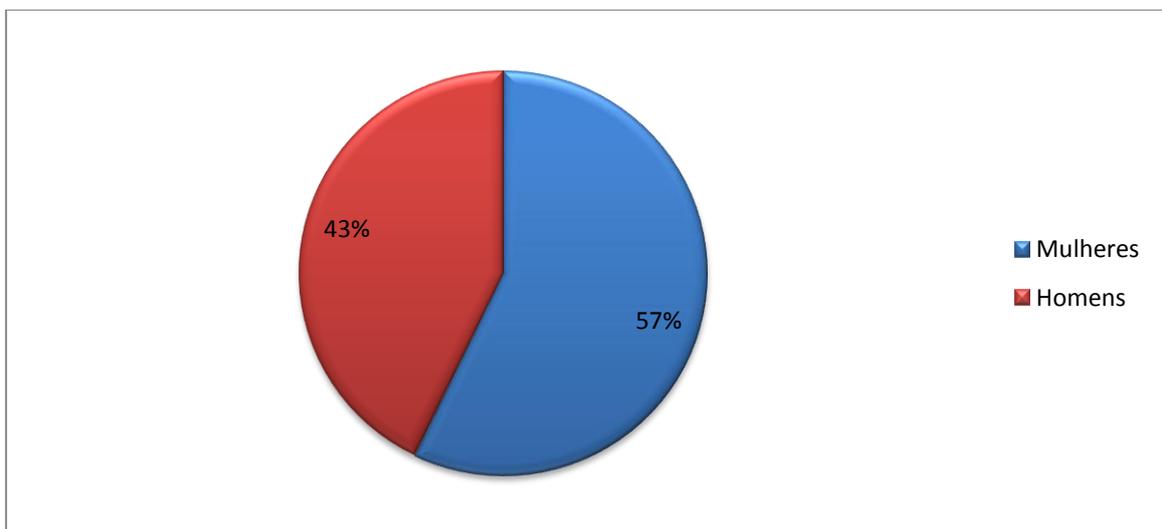
3.1.5 Conhecendo a realidade do PBA através dos Alfabetizadores

As turmas do Programa Brasil Alfabetizado serviram como campo para a realização da pesquisa, onde foram coletados dados concretos em relação ao tema proposto nesse trabalho para melhor conhecer e apropriar-se da realidade vivenciado no PBA no que diz respeito à formação do alfabetizando e alfabetizador.

A escola enquanto instituição tem um papel fundamental na sociedade, a mesma é responsável pela formação intelectual do homem. Nesse sentido podemos afirmar que a escola é um espaço reservado à busca do conhecimento.

De acordo com a observação realizada na sala de aula podemos perceber que os educandos ainda enfrentam muitas dificuldades para chegar até a escola onde cerca de 100% dos entrevistados confirmam esses dados.

Gráfico 01: Quantidade de aluno por sexo.

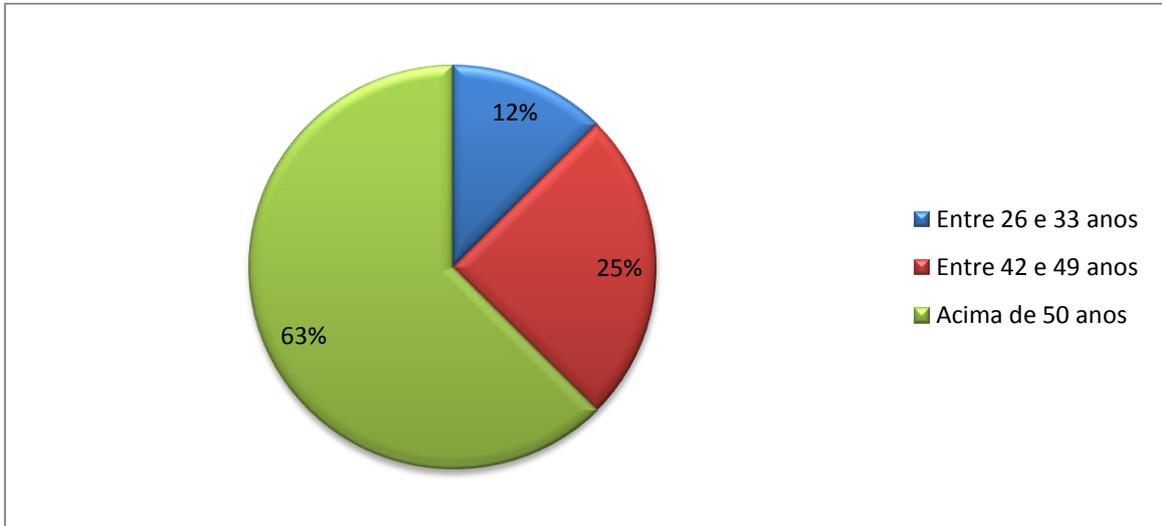


Fonte: Dados da autora.

Com relação ao sexo nessa entrevista as mulheres são a maioria 04 mulheres para 03 homens isso mostra que as mulheres estão mais abertas para a busca do

conhecimento em relação aos homens o que se percebe é que o numero de mulheres, principalmente nas salas de EJA é superior aos homens.

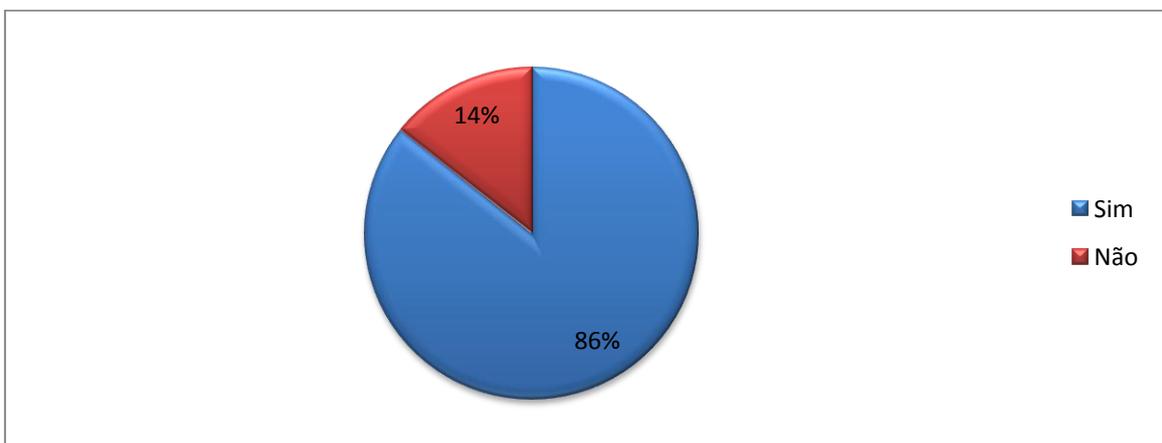
Gráfico 02: Faixa etária dos alunos.



Fonte: Dados da autora.

Quanto a faixa etária entrevistado percebe-se que 05 dos entrevistados tem idade acima de 50 anos, enquanto que os outros dois (02) tem entre 42 e 49 anos e o outro tem idade entre 26 e 33 anos. Baseando-se nos resultados dos dados, verifica-se que a maioria que tem idade superior a 50 anos. Vale ressaltar ainda que naquela época o acesso a educação era mais restrito. Os outros dois apresentam idades diferenciadas o que se nota é que o analfabetismo está presente em diferentes faixa etárias.

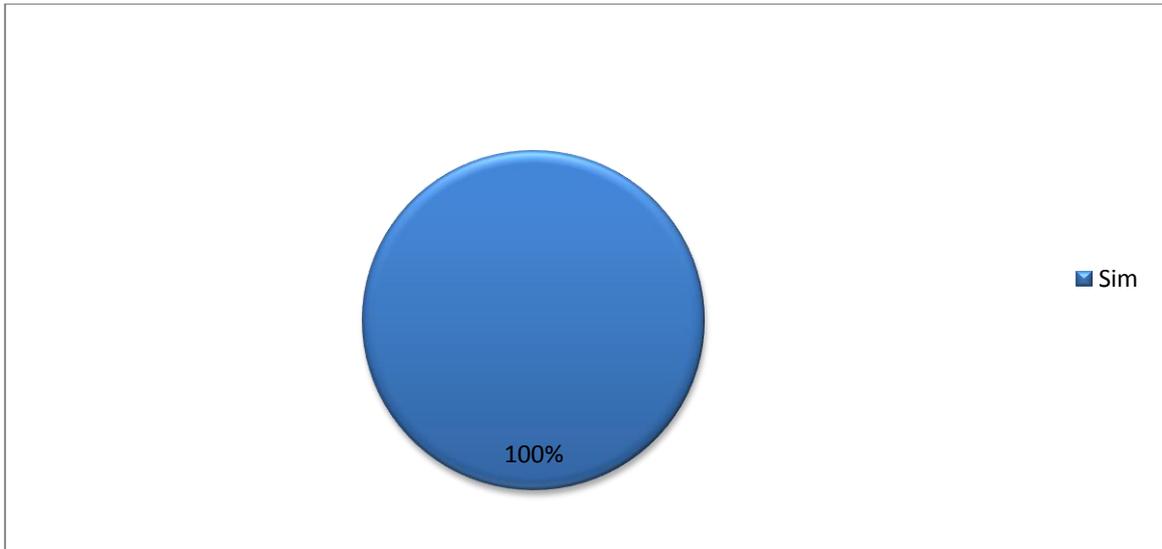
Gráfico 03: Frequência à escola na infância.



Fonte: Dados da autora.

Seis dos entrevistados responderam que sim, embora que tenha sido por pouco tempo apenas 01 aluno disse que não teve oportunidade de frequentar a escola quando criança, uma vez que seu pai não permitia por conta dos trabalhos na lavoura, o mesmo só frequentou a escola quando já estava de maior ao sair de casa.

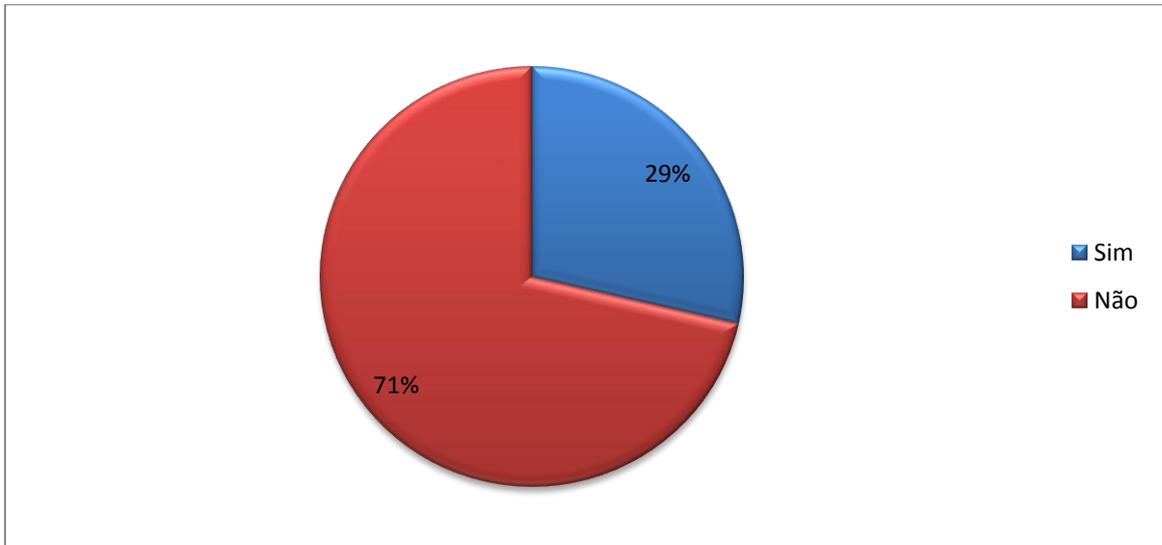
Gráfico 04: Metodologia de ensino.



Fonte: Dados da autora.

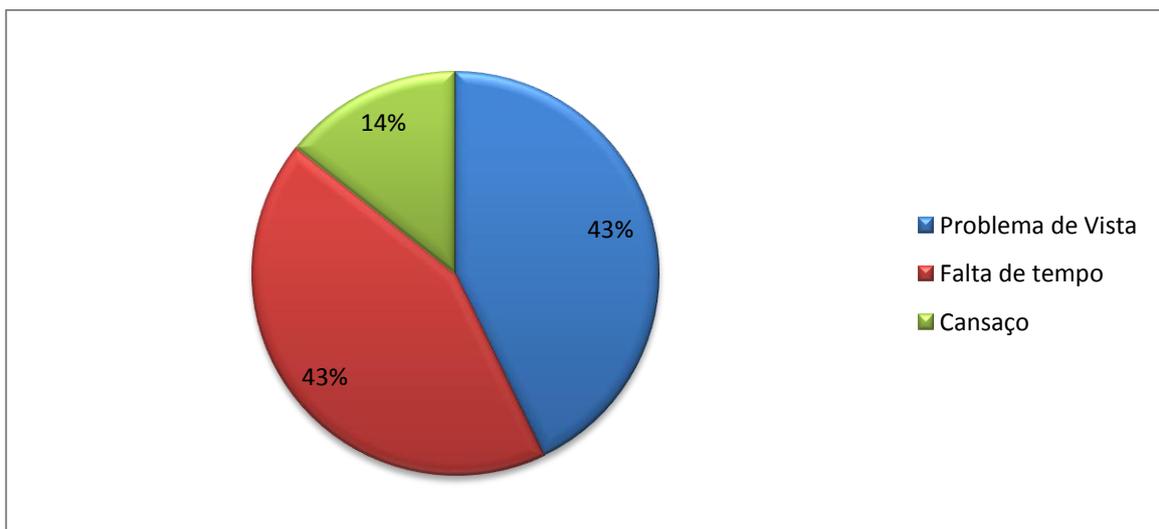
Todos os entrevistados responderam que sim, mesmo que as vezes encontrando algumas dificuldades para poder entender o conteúdo, os mesmos mencionaram o afeto e a interação entre educador e educando.

Nesse sentido Brasil (2012), chama atenção para necessidade dessa interação entre educador e educando. É essa relação de amizade que vai proporcionar ao educando um melhor rendimento dentro da sala de aula, onde todos os envolvidos no processo possam trocar experiências, fortalecendo a relação de compromisso e a amizade entre ambas às partes.

Gráfico 05: Aprendizagem no ambiente familiar.

Fonte: Dados da autora.

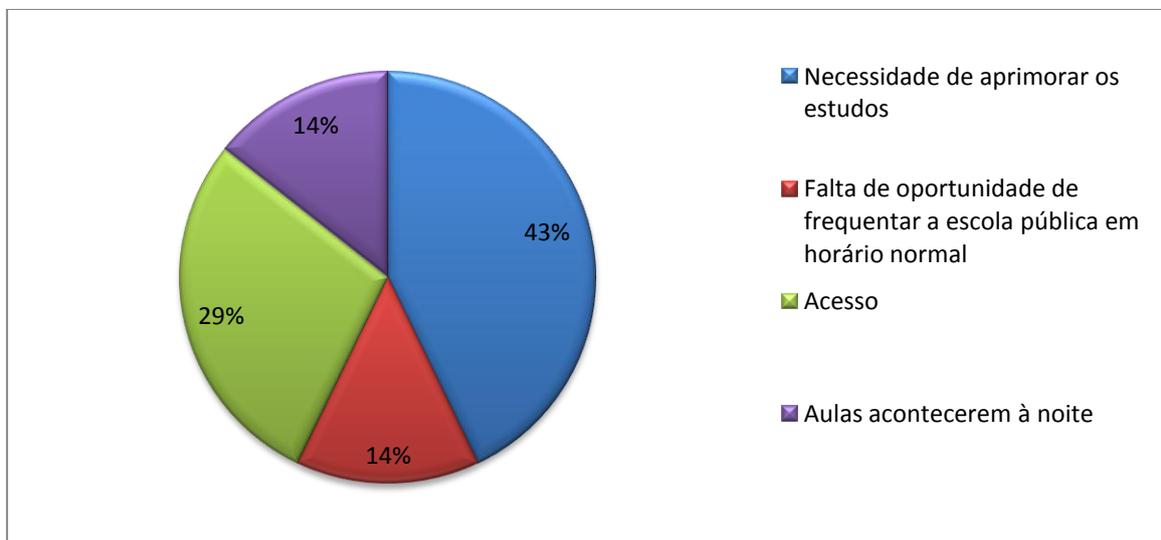
Apenas 02 entrevistados disseram que sim mesmo alegando algumas dificuldades. Enquanto que os outros 05 disseram que não, os mesmos queixaram-se do tempo que é pouco e também do cansaço, uma vez que todos eles são trabalhadores rurais e donas de casas e muitas vezes ao chegar da roça não encontram ânimos para pegar o livro ou o caderno. Diante disso percebe-se que o tempo destinado aos estudos é mesmo na sala de aula, por isso cabe o educador propor meios que estimule e facilite o aprendizado dos mesmos.

Gráfico 06: Dificuldades em relação a frequência escolar.

Fonte: Dados da autora.

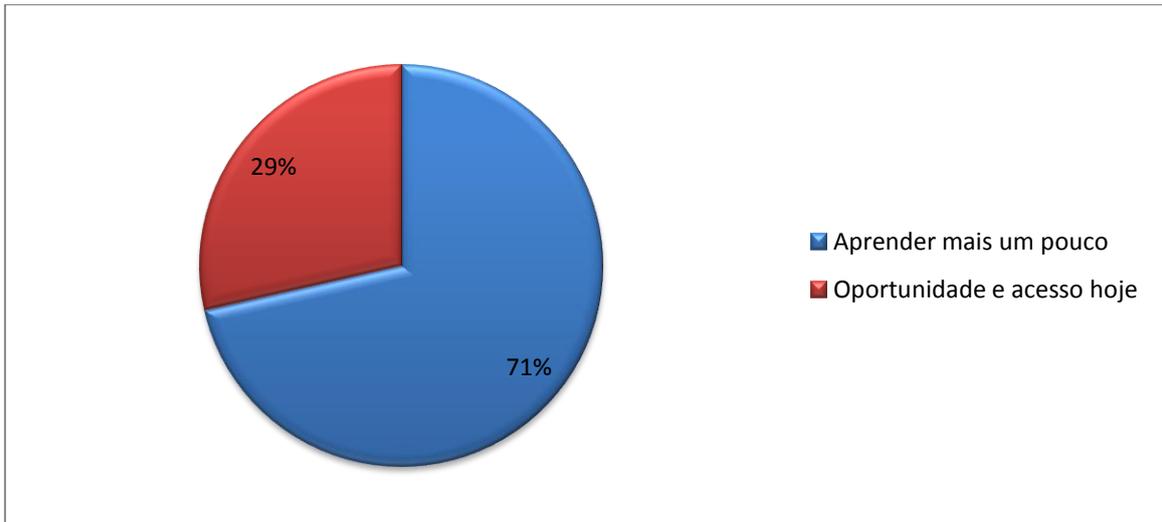
Percebe-se que as maiores dificuldades citadas são os problemas visuais e a falta de tempo, onde 03 alegaram problemas visuais, 03 colocaram como maior dificuldade a falta de tempo e 01 atestou o cansaço, ocasionado pela a grande jornada de trabalho que os mesmos têm que enfrentar todos os dias para poder manter suas famílias. O problema da visão causa um grande desconforto nas salas de EJA uma vez que os educandos sentem dificuldades para ler e escrever. talvez por se tratar de pessoas com idade um pouco avançada esse problema termina tornando-se frequente.

Gráfico 07: Participação no PBA.



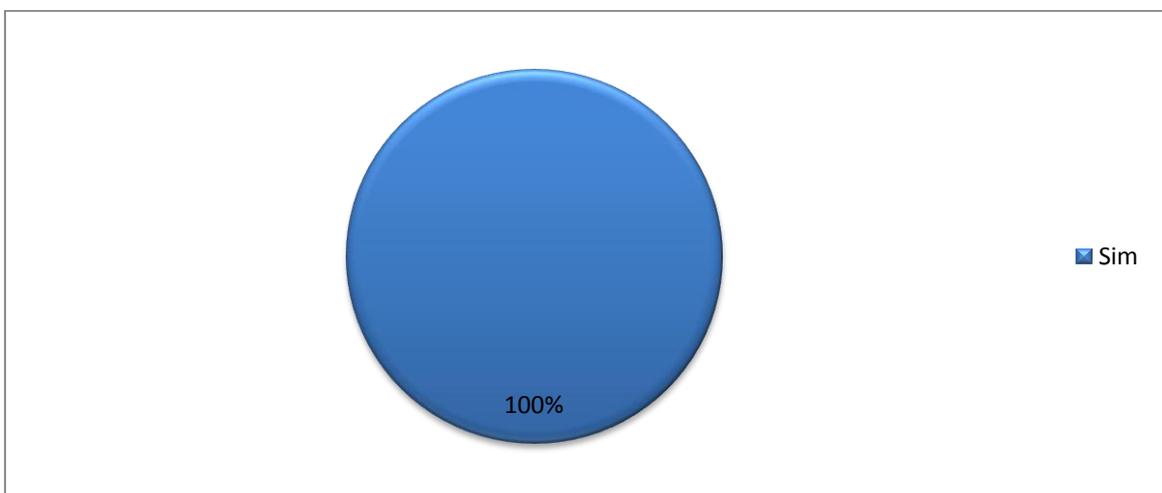
Fonte: Dados da autora.

Nessa concepção nota-se uma variedade de conceitos, onde 03 educandos colocaram a importância e a necessidade de aprimorar seus estudos (01) outro relatou a falta de oportunidade que os alunos com pouca escolaridade encontram para frequentar a escola pública em horário considerado normal, devido a idade avançada. Nesse contexto somente as salas de EJA recebem esses alunos, sem fazer questionamentos que cause constrangimento para o aluno. (02) alunos chamaram atenção para o acesso pois a escola ficando perto de casa facilita muito a permanência dos mesmos. Apenas (01) aluno falou da importância das aulas acontecerem à noite isso permite que ele trabalhe durante o dia e frequente a escola no período noturno.

Gráfico 08: Retorno à formação escolar.

Fonte: Dados da autora.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados somando um total de 05 colocou que o principal motivo de retornar a escola foi a vontade de aprender mais um pouco, nota-se que mesmo eles já tendo frequentado a escola com o passar do tempo terminam esquecendo um pouco do pouco que aprenderam. E ter a oportunidade de frequentar a escola depois de adulto era um sonho que hoje aos poucos está se realizando. Outros dois alunos entrevistados falaram da oportunidade do acesso que hoje eles têm, e há alguns anos atrás lhes era negado por conta da idade e da distância das escolas.

Gráfico 09: Aprendizado concretizado no PBA.

Fonte: Dados da autora.

Com relação “à aprendizagem todos os entrevistados disseram “sim”, que conseguiram aprender e muito mesmo enfrentando algumas dificuldades, os entrevistados falaram da alegria da felicidade de poder ler pequenos textos e escrever. Com base nas respostas dadas percebe-se a importância da leitura e da escrita na vida dessas pessoas.

3.1.6 Conversa com os alunos – impressões da autora

Conversando com os educandos pode-se observar fatos importantes que talvez por se tratarem de jovens e adultos que ainda buscam se inserir no mundo da leitura e da escrita deixaram de ser colocados no papel, mas que por meio de conversas teve-se o prazer e a compreensão de ouvir relatos tão importantes e que enriquecem ainda mais a nossa pesquisa.

Com relação às mulheres entrevistadas pode-se perceber que naquela época não era comum às meninas irem à escola e quando tinham a oportunidade de ir, as mesmas eram discriminadas sendo muitas ainda vezes comparadas aos homens. Vale ressaltar ainda que as meninas daquela época período dos anos 50 e 60 além de trabalharem nas lavouras tinham que cuidar dos irmãos pequenos.

Outro fato importante que foi descoberto ao conversar com uma entrevistada é que naquela época as aulas aconteciam num curto período de tempo, os conteúdos repassados era simplesmente o ato de contar e escrever o nome todo esse processo se dava durante um mês.

Neste mesmo período, a palmatória era utilizada para castigar aqueles que não conseguiam aprender. Os professores eram bem severos as aulas eram pagas, o que dificultava o acesso pois nem todos os pais tinham condições de colocar seus filhos para estudar.

Não eram somente as mulheres que encontravam dificuldades para frequentar a escola os homens também eram muitas vezes privados desse direito. Isso se devia ao fato dos mesmos terem que trabalhar para ajudar a sustentar a casa isso acontecia principalmente com os filhos mais velhos.

Segundo Pinto (1997, p. 92), “o analfabeto, em sua essência, não é aquele que não sabe ler mas sim aquele, por suas condições concretas de existência não necessita ler”.

Ao analisar as palavras de Pinto e as falas por meio da conversa informal que tive com alguns entrevistados após aplicação do questionário, pode-se perceber que o contexto social daquela época e daquelas famílias a qual pertenciam os entrevistados não permitia enxergar a importância do saber ler e escrever. Até porque a questão financeira como o sustento da família apresenta-se em primeiro lugar. Para os pais que em quase todos os casos eram analfabetos os filhos para se tornarem homens e mulheres de bem não necessitavam saber ler, pois a vida no campo não exigia diploma e sim, força de vontade e determinação para trabalhar.

Ainda segundo Pinto (1997), sempre que se fala em analfabetismo procura-se culpar o analfabeto ou até mesmo a sua família, ao assumir essa postura nos esquecemos da sociedade que na verdade é a principal responsável pelos altos índices de analfabetismo, pois é a sociedade quem exclui, julga e discrimina o ser humano por não fazer parte da sociedade letrada, como se ele fosse responsável por todas as mazelas existentes no mundo.

3.1.7 Resultado da professora

No decorrer do período de observação na sala e aula do PBA, notou-se que a alfabetizadora procura trabalhar com seus educandos de modo que todos possam se sentir a vontade para expor suas experiências e seus comentários sobre o tema proposto em aula. Com base nisso pode-se compreender a relação de afeto e respeito entre alfabetizadora e alfabetizandos, o que é extremamente importante para estimular e incentivar o processo ensino-aprendizagem.

Após o momento de observação do cotidiano em sala de aula a pesquisadora passou à aplicação do questionário a professora.

Assim, primeiramente buscou-se saber qual a sua formação profissional . Ao analisar a fala da professora constata-se que a mesma não possui uma formação adequada para alfabetizar jovens e adultos.

Sabe-se que a alfabetização de jovens e adultos por se tratar de um público diferenciado e que já desempenha funções na sociedade, deveria ter educadores formados capazes de atender as expectativas desse público. Logo, esse fato descumpra o previsto no Parecer 11/2000 e na LDB 9394/96 em relação à formação de professores para atuar nas diferentes modalidades de ensino.

Nesse sentido, Moura (2007), chama atenção para a importância da formação continuada, uma vez que na sua grande maioria os professores da EJA não possuem formação adequada para atuar nos programas destinados a alfabetizar jovens e adultos.

Após questionou-se sobre tempo que trabalha na EJA. Pode-se perceber na fala da professora que há algum tempo a mesma já participa do Programa Brasil Alfabetizado cerca de 3 anos.

Conforme se sabe é de suma importância que o professor receba capacitação e orientações pedagógicas no decorrer do período letivo, assim se perguntou se o PBA oferece alguma capacitação. De acordo com a fala da professora antes de iniciar as aulas do PBA é oferecido uma capacitação com duração de uma semana em período integral. Nesse momento são abordados diversos temas, onde de acordo com a fala da professora os coordenadores do programa no município de Picos, (PI) procuram de todas as formas através dessa capacitação atender as necessidades, bem como as possíveis dificuldades que possam surgir durante o desenvolvimento do programa.

Em relação à metodologia de ensino, também se buscou conhecer a maneira como os conteúdos são desenvolvidos na sala de aula. Observou-se que os conteúdos são repassados de forma dinâmica, onde as experiências cotidianas dos educandos são respeitadas e compartilhadas; de modo que as dificuldades dos educandos possam ser superadas mediante esse entendimento entre educador e educando dessa forma as aulas tem um rendimento maior.

No que diz respeito ao material didático oferecido a alfabetizadora menciona que ainda não atende de forma eficaz as necessidades e expectativas dos educandos; uma vez que o material oferecido é de difícil compreensão e isso causa no alfabetizando a sensação de que ele por ser adulto, não consegue aprender mais nada.

Diante disso, pode-se perceber que desde quando se iniciou no Brasil a alfabetização de jovens e adultos, dando lugar ao surgimento de varias campanhas que o material oferecido não atendia as necessidades dos alunos. Com isso percebe-se que muitos anos se passaram e ainda hoje apesar dos avanços alcançados no campo educacional, constata-se que os mesmos problemas detectados no passado com relação ao material didático ainda continuam até os dias de hoje.

Vale ressaltar que naquela época já se defendia a ideia de produzir um material didático que atendesse as necessidades dos alunos e a realidade de cada região.

Outro aspecto analisado diz respeito às principais dificuldades encontradas no decorrer das aulas. Observa-se que a maior dificuldade encontrada está relacionada à evasão escolar, uma vez que esses jovens e adultos que frequentam as aulas da EJA têm uma jornada de trabalho acima do normal. Outra dificuldade são os constantes problemas visuais que os mesmos enfrentam no dia-a-dia. A educadora cita que o fato de serem adultos e terem conseguido sobreviver até hoje sem dominar a leitura e a escrita, leva muitos a acreditarem que na fase adulta da vida não precisam mais aprender conhecimentos formais no contexto escolar.

Diante dessa situação, se perguntou à alfabetizadora o que ela costuma fazer para sanar essas dificuldades. Nota-se que a professora procura de forma dinâmica mostrar a necessidade e a relevância de se aprender a ler e escrever numa sociedade que a cada dia caminha para o desenvolvimento tecnológico. Com relação aos problemas visuais a professora procura incentivar os seus alunos a procurarem ajuda de um profissional especializado no assunto.

A questão da avaliação do desempenho dos alfabetizados também foi contemplada no questionário.

Segundo a professora, o desempenho dos educandos é positivo, de forma que na fase final da etapa, todos já conseguem ler e escrever. Dessa forma Brasil, (2012), ressalta que a avaliação deve acontecer diariamente pois é a partir daí que o professor consegue detectar a eficácia ou o fracasso do seu planejamento.

Em relação ao processo de formação inicial e continuada se perguntou à alfabetizadora se ela como professora do PBA havia recebido alguma formação. Conforme a fala da mesma pode-se observar que no início de cada etapa do Programa é oferecida uma formação inicial, ao longo do Programa acontecem reuniões mensais com os coordenadores, onde são repassados os conteúdos programados para aquele mês e o tema- gerador.

Segundo Brasil (2012, p.13), a formação inicial tem duração de uma semana, onde “coordenadores, alfabetizadores e colaboradores”, trabalham em equipes. Enquanto que a formação continuada parte dos encontros mensais onde nessa ocasião os alfabetizadores se encontram para falar de suas experiências e das

dificuldades encontradas, para poder a partir daí em equipes encontrar métodos que contribuam para o aprimoramento do trabalho em sala de aula.

Segundo a professora, a capacitação é sim oferecida no decorrer do módulo, isso acontece através de reuniões pedagógicas que se realizam mensalmente com a coordenadora estadual do programa. Nessa ocasião os professores são orientados de como podem trabalhar os conteúdos.

As capacitações são oferecidas pelo Instituto de Educação Antonino Freire- ISEAF, Secretaria Estadual de Educação- SEDUC, por meio da 9ª GRE, localizados no município de Picos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados podemos concluir que a alfabetização de jovens e adultos veio para promover o ensino- aprendizagem, além de superar as desigualdades sociais que fazem parte da nossa sociedade desde o período colonial até os dias atuais.

Podemos observar que o analfabetismo se concentra nos grupos mais pobres e carentes. O que se percebe que por conta das condições financeiras as crianças precisam trabalhar mais cedo para poder ajudar os pais.

Diante disso percebemos que o Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais e econômicas, além de ter ao longo da sua história uma tradição política pouco democrática; devido a isso o país possui um alto índice de analfabetismo que se dá por conta das condições sub- humanas que uma grande parcela da população é obrigada a aceitar.

Ao longo da história muitas campanhas foram surgindo com o objetivo de alfabetizar uma grande parte da população, uma vez que estes eram considerados um fracasso para o país que caminhava para o desenvolvimento.

Nesse período muitos jovens e adultos retornaram a sala de aula, com o objetivo de aprender a ler e escrever, resgatar sua cidadania e se qualificar para o mercado de trabalho que estava cada vez mais exigente.

A deficiência na qualificação do professor também é um problema do passado e que ainda se faz presente nos dias de hoje, uma vez que ainda observa- se que uma grande maioria dos professores atuantes na EJA não possui formação superior, e a formação inicial e continuada oferecida a esses professores, ainda não é suficiente para que se possa oferecer uma educação de qualidade, voltada para o pleno desenvolvimento do cidadão e da cidadã.

No decorrer da pesquisa podemos observar que muitos são os pontos que ainda precisam ser melhorados no campo educacional, além da formação acadêmica que deveria contemplar de forma abrangente e eficaz essa modalidade de ensino, que atende um público com necessidades e objetivos diversificado. Diante disso esses educadores precisariam ter uma qualificação profissional específica da EJA; além da formação profissional é importante lembrar que os salários oferecidos a esses educadores são baixíssimos, o que deixa os educadores

desmotivados para exercer uma função que requer dos mesmos determinação, motivação e força de vontade.

Ao observar as entrevistas, percebemos que os educandos que frequentam as aulas do PBA, encontram algumas dificuldades para irem à escola, os pontos mais colocados foram o cansaço físico e os problemas relacionados a pouca visão. Nota-se que mesmo enfrentando muitas dificuldades, eles conseguiram chegar até o fim do módulo, o que mostra que mesmo estando com idade um pouco avançada esses jovens e adultos ainda querem aprender um pouco mais, para poder conseguir conquistar seus objetivos e realizar seus sonhos.

Diante disso é necessário que se tenha políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino com o intuito de oferecer uma educação capaz de inserir jovens e adultos no mercado de trabalho de modo que estes venham fazer parte de uma sociedade, onde as desigualdades sociais sejam superadas e todos possam alcançar a plena cidadania.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1971.

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para educação de jovens e adultos**. 4. Ed.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**. São Paulo, editora Ática, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **A pergunta a várias mãos a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO. **O Que é Educação**. 21ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN n.9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF. 1996.

_____. **Lei n. 5.692**, de 20 de dezembro de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e da outras providências.

BRZEZINSKI Iria (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Busca e movimento. Campinas: Papiros, 1996c.

DE LEÃO, D.O. **Professoras alfabetizadoras: suas representações e vivências com a leitura e a escrita**. Santa Maria: PPGE/UFSM, 2004 [Dissertação de Mestrado].

DI PIERRO, Maria Clara. Um balanço da evolução recente d Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: **Revista de Educação de Jovens e Adultos – alfabetização e cidadania**. N 17. Maio 2004. São Paulo: RAAAB. Apud MOURA, Tania Maria de Melo. A formação de professores para a EJA: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, S. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BREZEZINSKI, I. **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam** (org.). 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In RIBEIRO, Vera (org.) **Educação de Jovens e Adultos – novos leitores, novas leituras**. Mercado das Letras, ABL; Ação Educativa. Campinas. SP, 2005.

MACHADO, M. M. **A prática e a formação de professores na EJA: uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998**. UFG, 1998.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

_____. **Educação de jovens e adultos - módulo 1**. Teresina: UFPI-EAD, 2011.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A formação de professor para EJA: dilemas atuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo : Loyola, 1983.

_____. **Educação Popular e Educação de adultos**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

PEREIRA, D. F. F. **Revistar Paulo Freire: Uma Possibilidade de Reencarnar a Educação**. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2006.

PERRENOUD, P. **Escola e cidadania: O papel da escola na formação para a democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RODRIGUES, Edmilson. et al. **Brasil Alfabetizado. Piauí: Cidadania através do Saber**. SEDUC. SUPEN. EUJA. Gerência de Alfabetização. ISEAF. Teresina, Março de 2012.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro, Petrópolis: vozes, 1985.

ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos: cenários e perspectivas**. Cadernos de EJA---São Paulo, Instituto Paulo Freire, 1999.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: vozes, 2005.

YAMASAKI, A. A. SANTOS, E M.; NASCIMENTO, L. M. J. do; Feitosa, S. C. S. F. **Educação de jovens e adultos: uma perspectiva freireana**. Cadernos de EJA. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 1999.

APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS- UFPI
GRADUANDA (O): SILVANA MARIA SANTOS**

PESQUISA (TCC) QUESTIONÁRIO AO PROFESSOR

1. Qual a sua formação profissional?

2. Há quanto tempo trabalha na EJA?

3. O programa PBA, oferece alguma capacitação?

4. Como os conteúdos são repassados?

5. O material didático oferecido atende as necessidades dos educandos?

6. Quais são as principais dificuldades encontradas no decorrer das aulas?

7. O que você como educadora faz para diminuir essas dificuldades?

8. Como você avalia o desempenho dos educandos?

9. Você enquanto professora do PBA, recebeu alguma formação inicial e continuada?. Caso sua resposta seja afirmativa comente como a mesma ocorreu.

10. No decorrer do módulo você recebe capacitação continuada e acompanhamento pedagógico?. Explique.

11. Há quanto tempo você atua como alfabetizadora do PBA?

12. Quem oferece a capacitação?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS-UFPI
GRADUANDA (O): SILVANA MARIA SANTOS**

PESQUISA (TCC) QUESTIONÁRIO AO ALUNO

1. Qual o seu sexo?

- () Feminino.
() Masculino.

2. Qual a sua idade?

- () Entre 19 e 25 anos.
() Entre 26 e 33 anos.
() Entre 34 e 41 anos.
() Entre 42 e 49 anos.
() 50 anos ou mais

3. Você Já tinha frequentado a escola quando criança?

4. Você gosta da maneira de como os conteúdos são repassados?

5. Você consegue estudar em casa?. Caso sua resposta seja negativa explique porque.

6. Quais são as dificuldades que você encontra para frequentar a escola?

7. Porque você optou por realizar seus estudos no PBA?

8. Porque você retornou aos estudos após longos anos sem frequentar a escola?

9. Você conseguiu aprender alguma coisa frequentando as aulas do PBA?
